

**CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE CLUBES**

**CARTA CONVITE Nº NLP-009/2015**

**PREÂMBULO**

A **CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE CLUBES – CBC**, por meio de sua Comissão de Aquisição, designada pela Diretoria da entidade, na forma do Regulamento de Compras e Contratações da CBC (“RCC da CBC”), disponível em seu sítio eletrônico na internet (<http://cbc-clubes.com.br/site/>), convida os interessados em participar do **CONVITE**, do tipo **MENOR PREÇO**, sob o regime de **empreitada por preço global** (execução de serviços por preço certo e total), apresentando proposta para fornecimento e prestação de serviços especificados no **ANEXO I - MEMORIAL DESCRITIVO / ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**, mediante as condições a seguir estabelecidas.

Os avisos contendo o resumo do presente instrumento convocatório foram devidamente publicados no sítio eletrônico da CBC <<http://www.cbc-clubes.com.br/site/>>

**RECEBIMENTO E ABERTURA DO ENVELOPE COM A DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA**

**LOCAL:** Rua Açaí, nº 492, Bairro das Palmeiras, Campinas/SP

**DIA:** 04 de setembro de 2015

**HORÁRIO:** 10:30h

**1 – DO OBJETO**

A contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados de auditoria independente sobre as demonstrações contábeis e financeiras da CBC, referentes ao exercício social a se encerrar em 31/12/2015, contemplando as atividades e descrições informadas abaixo e no Termo de Referência/ Memorial Descritivo :

- 1.1 Serviços de Auditoria e emissão de Parecer sobre as Demonstrações Contábeis e Financeiras da CBC, referente ao exercício de 01/01/2015 a 31/12/2015; em conformidade com os critérios e procedimentos técnicos estabelecidos pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade, pelo IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil e pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários, com a apresentação do relatório e Parecer dos Auditores Independentes para efeito de publicação no Diário Oficial da União ao final do exercício.
- 1.2 Auditoria e emissão de Parecer sobre os procedimentos adotados em relação aos dois eventos denominados “Congresso Brasileiro de Clubes”, e do evento denominado “Fórum de Presidente de Clubes”, e sobre as contas prestadas pela CBC quanto aos recursos públicos despendidos nessas atividades e observando as especificações que constam dos Projetos Básicos aprovados pelo Ministério do Esporte, os quais fazem parte do Termo de Referência e Memorial Descritivo anexo a este Edital.

- 1.3 Serviços de Auditoria e emissão de Parecer sobre as atividades do Departamento de Recursos Humanos, realizando avaliação na área trabalhista e verificando os controles internos, critérios e procedimentos utilizados, em consonância ao disposto na Legislação Trabalhista vigente, inclusive cálculo, registro e recolhimento de obrigações sociais.

## **2 – DO PROCESSAMENTO**

- 2.1 O representante legal da empresa participante deverá entregar, impreterivelmente, o envelope "Documentação e Proposta" até o dia, hora e no local fixado no preâmbulo deste Convite.
- 2.1.1 Não será aceita, em qualquer hipótese, a participação de empresa retardatária, a não ser do seu representante legal como ouvinte.
- 2.2 Recebido o envelope "Documentação e Proposta" e uma vez iniciada a abertura do mesmo, não serão permitidas quaisquer retificações que possam influir no resultado final deste Convite.
- 2.3 A abertura do envelope "Documentação e Proposta" será realizada em sessão pública, da qual se lavrará ata circunstanciada, assinada pelos representantes legais das empresas presentes e pelos membros da Comissão de Aquisição.
- 2.4 Todos os documentos e propostas apresentados serão rubricados pelos membros da Comissão de Aquisição e pelos representantes legais das empresas participantes presentes à sessão pública.
- 2.5 Após a fase de habilitação não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão de Aquisição.
- 2.6 Ultrapassada a fase de habilitação das empresas participantes e aberto os envelopes de "Documentação e Proposta", não caberá desclassificá-las por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.
- 2.7 É facultada à Comissão de Aquisição ou à autoridade superior, em qualquer fase deste Convite, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informação que deveriam constar originariamente da proposta.
- 2.8 A representação deverá ser feita por meio de instrumento público de procuração ou por instrumento particular, com firma reconhecida, outorgando poderes para praticar todos os atos pertinentes ao certame em nome da empresa participante.
- 2.8.1 No caso de instrumento particular, o representante deverá apresentar o contrato social da empresa, ou alteração que comprove os poderes do outorgante.
- 2.8.2 Caso o representante seja sócio proprietário, dirigente ou assemelhados da empresa participante, deverá apresentar cópia do respectivo estatuto ou contrato social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

### **3 – DAS EMPRESAS PARTICIPANTES**

- 3.1 Poderão participar deste Convite pessoas jurídicas que explorem ramo de atividade compatível com o objeto descrito no item 1 e que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constante deste Edital.
- 3.2 É vedada a participação de empresas em regime de recuperação extrajudicial, recuperação judicial ou com pedido de falência requerido, concurso de credores, processo de insolvência, dissolução ou liquidação.
- 3.3 Não poderão participar deste Convite indivíduos ou empresas declaradas inidôneas por qualquer órgão público ou suspensos do direito de participar dos processos seletivos da CBC e de suas entidades filiadas (nos termos dos arts. 48, III e 50, III, do RCC da CBC).
- 3.4 A participação neste certame é manifestação tácita da empresa de que não se encontra punida com qualquer das sanções previstas neste item.

### **4 – DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES**

- 4.1 Até o dia e hora fixados no preâmbulo deste Convite, o representante legal da empresa participante deverá apresentar à Comissão de Aquisição, simultaneamente, sua documentação e proposta, em envelope único e não transparente, fechado, contendo em sua parte externa e frontal, em caracteres destacados, além da razão social da empresa participante, os seguintes dizeres:

**[NOME DA EMPRESA PARTICIPANTE]**

**CONVITE – NLP N° 009/2015**

**CBC – CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE CLUBES**

**DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA – ENVELOPE ÚNICO**

### **5 – DA DOCUMENTAÇÃO**

A Habilitação da empresa participante será aferida por meio dos documentos abaixo indicados, devidamente rubricados e numerados com os seus números de páginas seguidos do número total de folhas que compõem o envelope (por exemplo: 03/57, onde 03 é o número da página atual e 57 hipoteticamente seria o número total de páginas deste Edital).

#### **5.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA**

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado no órgão competente, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;



- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d) Inscrição no simples nacional, quando for o caso;
- e) Certidão de regularidade profissional da pessoa jurídica perante o Conselho Regional de Contabilidade (CRC);
- f) Certidão de regularidade profissional dos responsáveis técnicos (pessoa física) perante o Conselho Regional de Contabilidade (CRC);
- g) Alvará de Organização Contábil, com comprovante emitido pelo Conselho Regional de Contabilidade (CRC);
- h) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

#### 5.2 - REGULARIDADE FISCAL

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, distrital ou municipal (se houver), relativo ao domicílio ou sede da empresa participante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste Edital;
  - b.1) Em caso de inexistência de inscrição, deverá ser apresentado o documento emitido pela Secretaria de Fazenda (ou órgão público equivalente) atestando tal situação.
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Federal (certidão emitida pela Receita Federal/PGFN), Estadual e Municipal (Tributos Mobiliários) do domicílio ou sede da empresa participante, na forma da lei;
  - c.1) Caso a empresa já possua a nova Certidão Federal que contempla, além dos tributos federais, também as contribuições da Seguridade Social (INSS), não será necessário apresentar a certidão do INSS de que trata a alínea “d”;
- d) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos trabalhistas instituídos por lei;
- f) Certidão negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho, comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

#### 5.3 DA SITUAÇÃO REGULAR PERANTE O MINISTÉRIO DO TRABALHO

- a) Comprovação de situação regular perante o Ministério do Trabalho a que se refere o artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal, consistindo em Declaração escrita firmada por representante legal da empresa participante do certame, formalizada nos termos do Anexo IV deste Convite;
- b) Declaração de inexistência de fatos impeditivos à habilitação da empresa participante, assinada pelo representante legal, conforme Anexo V.

#### 5.4 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a) Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com as características e quantidades do objeto do Convite, estabelecidas no Anexo I, através da apresentação de, no mínimo, um atestado de desempenho anterior, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprobatório da efetiva experiência da Proponente em projetos similares ao objeto do Convite, demonstrando sua atuação anterior na execução de serviços semelhantes. O(s) atestado(s) deverá(ão) ser emitidos em papel timbrado da empresa/entidade e deverão conter:
  - a.1) nome empresarial e dados de identificação da emitente (CNPJ, endereço, telefone);
  - a.2) local e data de emissão;
  - a.3) nome, cargo, telefone, e-mail e a assinatura do responsável pela veracidade das informações;

#### 5.5 Sob pena de inabilitação, os documentos apresentados deverão estar em nome da empresa participante, com nº do CNPJ e endereço respectivos, observando o quanto segue:

- a) se a empresa participante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
- b) se a empresa participante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;
- c) se a empresa participante for a matriz e a prestadora dos serviços a filial, os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz e da filial, simultaneamente; e

#### 5.6 Os documentos exigidos neste Convite poderão ser apresentados:

- a) em original;
- b) por qualquer processo de cópia autenticada com a autenticação em Cartório competente;
- c) por publicação em órgão da imprensa oficial;

- d) em cópia simples, desde que apresentados os documentos originais, que deverão ser confrontados pela Comissão de Aquisição com os documentos originais e declarados que “confere com o original”.
- 5.7 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, se desejarem fazer uso dos benefícios contidos no RCC da CBC, deverão apresentar a declaração conforme o modelo constante do Anexo VII – Declaração de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, juntamente com os demais documentos especificados neste Edital.
- 5.7.1 As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida neste Edital, dentro do prazo de validade, para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- 5.7.2 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a empresa participante for declarada a vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da CBC, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 5.7.3 A não regularização da documentação no prazo acima especificado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e no RCC da CBC, sendo facultado à CBC convocar as participantes remanescentes, na ordem de classificação, na forma do RCC da CBC.
- 5.8 Caso a Microempresa ou a Empresa de Pequeno Porte não procedam da forma estabelecida no subitem 5.7, interpretar-se-á tal fato como renúncia tácita aos benefícios a ela conferidos pelo RCC da CBC.
- 5.8.1 As empresas que apresentarem a declaração de que trata o item 5.7 serão responsáveis pela veracidade das informações, sujeitas a diligências passíveis de serem realizadas pela CBC e pela Comissão de Aquisição.

## **6 – DA PROPOSTA**

- 6.1 Todos os documentos representativos da proposta comercial deverão ser numerados e rubricados, devendo ser entregues em 01 (uma) via, em papel timbrado da empresa, legível, datada, assinada e isenta de emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas, contendo a especificação do Objeto a que se refere este Convite;
- 6.2 O Envelope deverá conter o Anexo II – Proposta Comercial, com todos os campos devidamente preenchidos;
- 6.3 As empresas participantes deverão apresentar somente uma proposta para o objeto deste processo de aquisição, não sendo admitida a apresentação de propostas alternativas;
- 6.4 Não serão admitidas, posteriormente, alegações de enganos, erros ou distrações na apresentação da Proposta Comercial, como justificativa de quaisquer acréscimos ou solicitações de reembolsos e indenizações de qualquer natureza;



- 6.5 Serão corrigidos, automaticamente, pela Comissão de Aquisição, quaisquer erros de soma e/ou multiplicação e o preço global da proposta, se faltar;
- 6.6 A falta da data e /ou rubrica da proposta poderá ser suprida pelo representante legal da empresa participante presente à reunião de abertura dos envelopes, com poderes para representar a empresa.

## **7 – DOS PREÇOS**

- 7.1 A empresa participante deverá indicar o valor individual para cada tipo de serviço e o valor total da proposta, englobando todos os serviços, sendo este valor fixo e irrevogável, e na cotação deverão já estar inclusos todos os tributos, impostos e todos e qualquer encargos decorrentes da execução dos serviços, como também as despesas operacionais de viagens, estadias e refeições para prestar os serviços.
- 7.2 O preço apresentado e levado em consideração para efeito de julgamento será exclusiva e total responsabilidade da empresa participante, não lhe cabendo, neste caso, o direito de pleitear qualquer alteração, seja para mais ou para menos;
- 7.3 Só será aceita cotação em moeda nacional, ou seja, em Real (R\$), em algarismo e, de preferência, também por extenso, prevalecendo este último em caso de divergência, desprezando qualquer valor além dos centavos.

## **8 – DOS PRAZOS**

- 8.1 A proposta deverá ter validade mínima de 30 (trinta) dias, contados da data prevista no preâmbulo para o recebimento do envelope “Documentação e Proposta”;
- 8.2 A empresa participante vencedora deste convite ficará obrigada ao prazo de até 05 (cinco) dias, contados da data da assinatura do contrato, para início da prestação dos serviços.

## **9 – DO LOCAL DA EXECUÇÃO DO OBJETO**

- 9.1 A execução do objeto dar-se-á via de regra nas dependências próprias da empresa participante.
- 9.2 Excepcionalmente, a critério da CBC e desde que comprovada a necessidade, poderá ser utilizada as dependências da contratante e seus equipamentos para a prestação dos serviços.

## **10 – ABERTURA E JULGAMENTO**

- 10.1 Para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de MENOR PREÇO GLOBAL observado as especificações e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade exigidos no Convite.

- 10.2 Após o credenciamento das empresa participantes e entrega do Envelope, este será aberto pelos membros da Comissão de Aquisição;
- 10.3 O Envelope deve conter a documentação necessária à habilitação, bem como a Proposta Comercial, para efeitos deste CONVITE;
- 10.4 Aberto o Envelope, os documentos e propostas serão examinados pela Comissão de Aquisição e, em seguida, rubricados pelos seus membros e por todos os representantes credenciados das empresas participantes presentes:
  - 10.4.1 Se, no exame preliminar dos documentos, a Comissão de Aquisição constatar que não se encontram rubricados e numerados, determinará preliminarmente que sejam rubricados e numerados pelo representante legal da empresa participante na presença de seus membros e demais participantes;
    - 10.4.1.1 Diante da ausência de representante legal da empresa participante, os documentos serão rubricados e numerados pelo Presidente da Comissão de Aquisição, na presença de todos.
- 10.5 A Comissão de Aquisição poderá louvar-se da assistência de técnicos no exame do conteúdo da documentação e proposta.
  - 10.5.1 As normas que disciplinam este Convite serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da CBC, a finalidade e a segurança da contratação.
- 10.6 Serão consideradas inabilitadas/desclassificadas as empresa participantes que:
  - 10.6.1 Deixarem de apresentar a documentação solicitada ou apresentarem-na com vícios e irregularidades que comprometam sua validade;
  - 10.6.2 Não atenderem a quaisquer dos requisitos exigidos para habilitação definidos neste Convite;
  - 10.6.3 Não atendam as exigências contidas neste Edital ou impunham condições ou ofereçam cotações que não abranjam a totalidade, em especificações e quantidades, ao contido no Anexo I deste Edital;
  - 10.6.4 Sejam omissas, vagas ou apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar ou confundir o julgamento;
  - 10.6.5 Utilizem qualquer elemento, critério ou fator sigiloso, secreto, subjetivo ou reservado que possa, ainda que indiretamente, elidir o princípio de igualdade entre as empresa participantes;
  - 10.6.6 Apresentem preços manifestamente inexequíveis ou incompatíveis com os correntes no mercado;
- 10.7 Em caso de discordância entre os valores numéricos e nos valores por extenso prevalecerão estes últimos;



- 10.8 Atendidas às exigências do Edital e de seus anexos, a Comissão de Aquisição classificará as propostas por ordem crescente de valores e adjudicará o objeto deste Convite à empresa participante que ofertar o menor preço;
- 10.9 Será assegurada, como critério de desempate no presente processo de aquisição, a preferência de contratação às microempresas e às empresas de pequeno porte.
- 10.9.1 Entende-se por empate aquelas situações em que as Propostas Comerciais apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.
- 10.9.2 Para efeito do disposto no subitem anterior, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:
- a) A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;
  - b) Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma da alínea “a” acima, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 10.8.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
  - c) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos no subitem 10.9.1, será realizado sorteio entre elas, para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 10.9.3 Na hipótese da não contratação nos termos previstos neste item, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, e, em caso de empate, por meio de sorteio em ato público.
- 10.9.4 O item 10.9.2 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 10.10 Havendo renúncia expressa à interposição de recursos mediante assinatura na ata da reunião por todas as empresas participantes, poderá ser dado prosseguimento aos trabalhos com a homologação e adjudicação.

## **11 – DA HOMOLOGAÇÃO E DA ADJUDICAÇÃO**

- 11.1 Após publicado o resultado final deste Convite, a Comissão de Aquisição encaminhará a Autoridade Competente o processo devidamente instruído, com vistas à homologação do resultado do julgamento do procedimento de aquisição e adjudicação do objeto ao vencedor.

## **12 – CONDIÇÕES PARA A CONTRATAÇÃO**

- 12.1 Após homologado o resultado do Convite, a empresa participante vencedora será convocada para, no prazo de até 05 (cinco) dias, a contar da data da publicação da adjudicação, celebrar o contrato;
- 12.2 O contrato a ser firmado com a empresa participante vencedora será celebrado pelo prazo de 12 (doze) meses, e incluirá a responsabilidade das partes, bem como as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, aos quais estará vinculada a todas as determinações contidas no RCC da CBC, visando a fiel execução do objeto, obedecidas a forma da minuta constante do ANEXO III;
- 12.3 A recusa injustificada da empresa participante vencedora em assinar o contrato, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, considerando-se decaído se direito de vencedora e sujeitando-se as penalidades previstas no RCC da CBC.

### **13 – DAS OBRIGAÇÕES GERAIS**

- 13.1 É vedada a subcontratação, no todo ou em parte, do objeto licitado.

### **14 – DAS DESPESAS**

- 14.1 As despesas decorrentes da execução deste processo de aquisição correrão à conta de recursos oriundos da Lei Federal nº 9.615/1998 – Nova Lei Pelé.

### **15 – DO PAGAMENTO**

- 15.1 Constatado o cumprimento da obrigação, o pagamento será realizado de forma parcelada conforme estabelecido abaixo, mediante ordem bancária creditada em conta corrente da empresa participante vencedora, até o 5º (quinto) dia contado da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do Contrato:
- 15.1.1 **Item 1.1 do objeto** - Prestação de Serviços de Auditoria e emissão de Parecer sobre as Demonstrações Contábeis e Financeiras do exercício relativo ao período de 01/01/2015 a 31/12/2015, sendo um fechamento/parecer em relação aos saldos existentes na data base de 30/06/2015 (fechamento semestral) e outro em relação aos saldos existentes na data base de 31/12/2015 (encerramento do exercício).
- 15.1.1.1 Valor total do item, a ser pago em duas parcelas semestrais, após a entrega dos pareceres e relatórios de auditoria de cada período.
- 15.1.2 **Item 1.2 do objeto** - Auditoria e emissão de Parecer para o processo de prestação de contas de dois eventos denominados “Congresso Brasileiro de Clubes”, e do evento denominado “Fórum de Presidentes de Clubes”.
- 15.1.2.1 Valor total do item, dividido pelo número de eventos previstos para o exercício de 2015, sendo que os valores serão pagos após a entrega do relatório de auditoria financeira de cada evento;

15.1.3 **Item 1.3 do objeto** – Auditoria e emissão de Relatório sobre as atividades do Departamento de Recursos Humanos, no exercício relativo ao período de 01/01/2015 a 31/12/2015, sendo um relatório considerando a data base de 30/06/2015 (fechamento semestral) e outro em relação à data base de 31/12/2015 (encerramento do exercício).

15.1.3.1 Valor total do item, a ser pago em duas parcelas semestrais, após a entrega dos pareceres e relatórios de auditoria de cada período.

15.2 As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá até o 5º (quinto) dia útil da data da apresentação da nota devidamente corrigida.

## **16 – DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA**

16.1 Ocorrendo atraso no pagamento, e desde que para tal não tenha concorrido de alguma forma a empresa participante vencedora, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado – (IGP-M), publicado pela Fundação Getúlio Vargas– FGV.

## **17 – ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES AO EDITAL E RECURSOS.**

17.1 Quaisquer esclarecimentos acerca do presente Convite, feitos mediante petição escrita e apresentada até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data de entrega do envelope proposta, serão prestados pela Comissão de Aquisição, das 09h00 às 17h00 horas, na CBC ou pelo telefone (19) 3381-3002 – Departamento de Compras, ou, ainda, pelo endereço eletrônico [compras@cbc-clubes.com.br](mailto:compras@cbc-clubes.com.br).

17.2 As respostas às solicitações de esclarecimentos (ambas por escrito) serão remetidas a todas as empresas participantes;

17.3 Qualquer impugnação aos termos do presente Convite deverá ser protocolada na CBC até o 2º (segundo) dia útil que anteceder a data da entrega do envelope de documentos;

17.4 Das decisões da Comissão de Aquisição, quanto ao julgamento dos documentos ou da proposta, caberá recurso no prazo de 02 (dois) dias úteis, desde que a empresa participante manifeste o interesse em recorrer no final da sessão de julgamento.

## **18 – DISPOSIÇÕES GERAIS**

18.1 Este Convite e os atos dele resultantes serão regidos pela disposições legais e regulamentares vigentes, especialmente pelo RCC da CBC, bem como pelas condições do presente ato convocatório;



- 18.2 Das reuniões públicas realizadas pela Comissão de Aquisição serão lavradas atas circunstanciadas, que registrarão os fatos mais importantes ocorridos, como convocações, eventuais reclamações, recurso, renúncias de interposição dos mesmos e impugnações;
- 18.3 A contagem dos prazos obedecerá ao disposto no artigo 59 da RCC da CBC;
- 18.4 O presente processo de aquisição poderá ser cancelado a critério da CBC, sem direito a indenizações às participantes.;
- 18.5 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Aquisição, dentro dos seus limites legais.

## **19 – DOS ANEXOS**

- 19.1 São partes integrantes deste Convite, os seguintes anexos:

- |                  |   |   |
|------------------|---|---|
| <b>ANEXO I</b>   | - | Memorial descritivo – Especificações Técnicas;  |
| <b>ANEXO I-A</b> | - | Projeto Básico – Congresso Brasileiro de Clubes;  |
| <b>ANEXO I-B</b> | - | Projeto Básico – Fórum Nacional de Presidentes de Clubs                                       |
| <b>ANEXO II</b>  | - | Modelo de Proposta Comercial;   |
| <b>ANEXO III</b> | - | Minuta de Contrato;   |
| <b>ANEXO IV</b>  | - | Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º, da Constituição Federal; |
| <b>ANEXO V</b>   | - | Declaração de inexistência de fato impeditivo.  |
| <b>ANEXO VI</b>  | - | Modelo de Procuração  |
| <b>ANEXO VII</b> | - | Declaração para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte.                                      |

## **20 – DO FORO**

- 20.1 As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da Comarca de Campinas.

Campinas, 28 de agosto de 2015

**Paulo Germano Maciel**  
**PRESIDENTE EM EXERCÍCIO**

## **ANEXO I – MEMORIAL DESCRITIVO / ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

### **1 – OBJETO E ESPECIFICAÇÕES**

A contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados de auditoria independente sobre as demonstrações contábeis da CBC, referentes ao exercício social a se encerrar em 31/12/2015, contemplando as atividades e descrições informadas abaixo:

- 1.1 Serviços de Auditoria e emissão de Parecer sobre as Demonstrações Contábeis e Financeiras da CBC, referente ao exercício de 01/01/2015 a 31/12/2015; em conformidade com os critérios e procedimentos técnicos estabelecidos pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade, pelo IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil e pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários, com a apresentação do relatório e Parecer dos Auditores Independentes para efeito de publicação no Diário Oficial da União ao final do exercício.
- 1.2 Auditoria e emissão de Parecer sobre os procedimentos adotados em relação aos dois eventos denominados “Congresso Brasileiro de Clubes”, e do evento denominado “Fórum de Presidente de Clubes”, e sobre as contas prestadas pela CBC quanto aos recursos públicos despendidos nessas atividades, observando as seguintes especificações, conforme projetos básicos aprovados pelo Ministério do Esporte e que fazem parte deste Memorial Descritivos/Especificações Técnicas como ANEXO I-A e ANEXO I-B, compreendendo:
  - 1.2.1 Acompanhamento da execução e exame mensal de auditoria conduzido em todas as documentações das prestações de contas dos eventos, observando as legislações vigentes sobre a prestação de contas de verbas públicas e as orientações do Ministério do Esporte, de acordo com a Lei nº 11.345 de 14/09/2006 e Decreto nº 6.187 de 14/08/2007, para os Projetos Básicos aprovados com repasse das verbas da loteria Timemania conforme Anexo I-A e Anexo I-B, além das disposições referentes a compras e contratações constantes do Regulamento de Compras e Contratações da CBC;
  - 1.2.2 Identificar a ocorrência de atos voluntários de omissão e manipulação de transações, adulteração de documentos e registros, e atos involuntários de omissão, desatenção, desconhecimento ou má interpretação de fatos;
  - 1.2.3 Emissão de relatório mensal preliminar dos eventos contendo comentários sobre o processo, que serão discutidos previamente com os responsáveis da CBC;
  - 1.2.4 Apresentação do “Parecer da Auditoria”, sobre a prestação de contas dos eventos;
  - 1.2.5 Apresentar o “Demonstrativo da Movimentação da Verba – Loteria Timemania” durante o ano, para publicação no Diário Oficial da União.
- 1.3 Serviços de Auditoria e emissão de Parecer sobre as atividades do Departamento de Recursos Humanos, realizando avaliação na área trabalhista e verificando os controles internos, critérios e procedimentos utilizados, em consonância ao disposto na Legislação Trabalhista vigente, inclusive cálculo, registro e recolhimento de obrigações sociais.

## 2 – UNIDADE DE COMPRA

Prestação de Serviços.

## 3 – PRAZO PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

A prestação dos serviços deverá ser iniciada no prazo máximo de 05 (cinco) dias após a contratação, e o término do contrato dar-se a após o término do período de 12 (doze) meses conforme estabelecido em contrato.

## 4 – PREÇO ESTIMADO

O valor total estimado para a contratação global dos itens descritos no objeto da presente especificação é de **R\$ 100.225,83 (cem mil, duzentos e vinte e cinco reais e oitenta e três centavos)**, a ser pago parceladamente após a execução dos serviços, conforme Cláusula 15ª. do Edital, e nos termos da Cláusula 6ª. da minuta do Contrato.

## 5 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 Os serviços que serão objeto da contratação deverão ser realizados por profissionais selecionados em procedimento adequado às atividades que serão desempenhadas, compondo quadro de pessoal habilitado e treinado para a prestação dos serviços.

5.2 A empresa contratada, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, não poderá subcontratar o objeto do presente Edital.

5.3 A empresa contratada obriga-se a reparar, corrigir ou substituir imediatamente, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto contratado, quando se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

5.4 A empresa contratada obriga-se a fornecer todos e quaisquer materiais, equipamentos e mão-de-obra necessários e tudo mais que se fizer necessário para a perfeita e completa execução dos serviços, responsabilizando-se pelas despesas decorrentes destas ações.

5.5 A CONTRATADA observará a proibição contida no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, quanto à proibição do trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos, e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

5.6 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.



**ANEXO I – A - PROJETO BÁSICO – TRANSCRIÇÃO FIEL DO PROJETO SOBRE A  
ORGANIZAÇÃO DO CONGRESSO BRASILEIRO DE CLUBES  
1º E 2º SEMESTRE DE 2015**

**1. APRESENTAÇÃO / IDENTIFICAÇÃO**

A Confederação Brasileira de Clubes – CBC, entidade integrante do Sistema Nacional do Desporto ampara os legítimos interesses dos clubes esportivos e sociais do Brasil, principais responsáveis pela formação de atletas olímpicos e paraolímpicos.

O presente projeto refere-se ao Congresso Brasileiro de Clubes que será realizado em duas etapas em regiões diferentes, tendo como objetivo primordial, capacitar os dirigentes e profissionais do segmento clubístico principalmente quanto aos procedimentos para a utilização dos recursos oriundos da Lei nº. 9.615/98, com destino único e exclusivo para formação de atletas olímpicos e paraolímpicos disseminando assim a política de formação de atletas nos clubes esportivos sociais, bem como a responsabilidade dos dirigentes e profissionais dos clubes esportivos sociais, incentivando os clubes a regularizarem sua situação fiscal junto a União para que possam utilizar estes recursos, possibilitando que os dirigentes, gestores, gerentes e profissionais dos clubes passem a ter uma gestão de excelência, obtendo melhores condições para continuarem a fazer o que já fazem, ou seja, formar cada vez mais atletas, para que nosso país se torne uma potência olímpica e paraolímpica.

O objetivo primordial deste projeto terá a participação e apoio da Federação Nacional dos Clubes Esportivos - FENACLUBES, detentora do código de entidade sindical nº. 000.843.00000-7 e processo de Registro Sindical nº 46000.012940/2002-12, sendo a FENACLUBES representante da categoria econômica dos clubes esportivos sociais de prática formal e não formal, no âmbito sindical, como entidade de grau superior. Destacamos que a FENACLUBES foi idealizada e fundada em 2002 por meio da Confederação Brasileira de Clubes – CBC e após 10 anos de muita luta e trabalho obteve o seu registro Sindical em 06 de março de 2012.

Consequentemente, o projeto visa incentivar ainda mais o esporte nos clubes esportivos sociais, desde a base até o alto rendimento e, principalmente, nas modalidades olímpicas e paraolímpicas, unindo os clubes filiados à CBC e associados à FENACLUBES aos programas do Governo Federal.

Os assuntos abordados nestes congressos vão desde a gestão de projetos para formação de atletas olímpicos e paraolímpicos com os recursos da Nova Lei Pelé, bem como a gestão na área do esporte até o que diz respeito à responsabilidade dos dirigentes e profissionais dos clubes esportivos sociais quanto a utilização destes recursos, incentivando os clubes a regularizarem sua situação fiscal junto a União, possibilitando a busca de qualificação para o desenvolvimento do esporte e para a formação de atletas, neste momento com foco nas olimpíadas e paraolimpíadas Rio2016, tendo como tema central a capacitação e o aprimoramento desses dirigentes e profissionais quanto a utilização dos recursos da Nova Lei Pelé (Lei 9.615/98) regulamentada pelo Decreto nº. 7.984/2013.

A atualização constante e a prática das informações recebidas durante os eventos criam condições favoráveis de gerir os clubes através de uma visão empresarial. Com estes objetivos, realizaremos estes eventos utilizando os recursos financeiros da Timemania, geridos diretamente pela CBC, para ações dos clubes.

A realização de dois congressos culminará com a participação maior dos principais clubes esportivos sociais de todo o território nacional, alavancando ações em prol do esporte de base nacional, obtendo assim um

excelente resultado, destacadamente nas Olimpíadas e Paraolimpíadas de 2016 que serão realizadas na cidade do Rio de Janeiro.

## 2. ETAPAS DE REALIZAÇÃO

O Congresso Brasileiro de Clubes será realizado em duas etapas e nas regiões onde o segmento clubístico tem a maior quantidade de clubes, sendo a primeira etapa no 1º semestre de 2015 na região sul, por ser a primeira região com mais clubes do país, e a segunda etapa no 2º semestre de 2015 na região sudeste, por ser a segunda região com mais clubes do país. A segunda etapa contará com o apoio do SINDI-CLUBE/SP, portanto o evento deverá ser realizado no Estado de São Paulo, sendo os locais e datas de cada congresso determinados após um amplo estudo de mercado e contratação por intermédio de processos de aquisição.

### CLUBES POR REGIÃO DO BRASIL

REGIÃO	QUANTIDADE
CENTRO – OESTE	692
NORDESTE	1.607
NORTE	380
SUDESTE	5.374
SUL	5.773
TOTAL DE CLUBES	13.826

## 3. HISTÓRICO

A Lei n. 11.345, de 14 de setembro de 2006, dispõe sobre a instituição de concurso de prognóstico, sendo que no item b, inciso IV do art. 2º, destina 1% (um por cento) do total dos recursos arrecadados com a realização dos concursos para as ações dos clubes sociais, de acordo com os projetos aprovados pela CBC.

No Decreto n. 6.187, de 14 de agosto de 2007, regulamenta a Lei n. 11.345, que institui o concurso de prognóstico denominado Timemania, são estabelecidos os critérios de participação e no § 5º, inciso VIII, do art. 3º, destina a aplicação dos recursos, geridos diretamente pela CBC ou de forma descentralizada por meio de convênio com entidades que lhe são filiadas, se sujeitando aos princípios gerais da administração pública e aos planos de trabalho previamente aprovados e submetidos à prestação de contas e fiscalização do Ministério do Esporte.

Com a Lei n. 11.752, de 21 de julho de 2008, foi aberto no Orçamento Fiscal da União, o crédito especial para este fim específico.

Desde agosto de 2008, os repasses destes recursos começaram a ser depositados em uma conta bancária específica da CBC na Caixa Econômica Federal.

Com Ofício n. 15.111, de 29 de setembro de 2008, a CBC solicitou o parecer ao Ministério do Esporte da forma e periodicidade da aplicação destes recursos, que gerou o Processo n. 58000.003923/2008-69.

Em 15 de novembro de 2008, a CBC realizou a Assembleia Geral Extraordinária, definindo que, em razão do valor arrecadado pela Timemania ser muito inferior às estimativas feitas pela Caixa Econômica Federal no início da loteria, foi proposto e aprovado por unanimidade que a aplicação dos recursos financeiros fossem geridos diretamente pela CBC na formação de recursos humanos.

Esta formação aconteceria através de eventos e efetivada por todas as despesas necessárias à capacitação, instrução, educação, treinamento e habilitação na área do desporto, inclusive por meio de cursos, palestras, oficinas, congressos, seminários, fóruns, exposições e outras formas de difusão de conhecimento, bem assim o custeio de pesquisas e desenvolvimento de técnicas e práticas técnico-científicas ligadas ao esporte de base e formação de atletas dos clubes esportivos sociais.

Por consulta da Secretaria Executiva do Ministério do Esporte, que recebeu a NOTA CONJUR/ME N.º134/2008 de 18 de novembro de 2008 (Anexo 1), quanto a utilização dos recursos e da anualidade da prestação de contas, à saber:

*“1- Está de acordo com as normas de regência à pretensão da Confederação Brasileira de Clubes de gestão direta dos recursos a ela destinados por força da Lei da Timemania.*

*2. Também não há óbice legal à pretensão de prestação de contas anual. Contudo, há que haver concordância da Administração. No caso, a Secretaria Nacional de Alto Rendimento deve manifestar-se.”*

Por solicitação proposta da Secretária Nacional de Esporte de Alto Rendimento, que recebeu o PARECER/CONJUR/ME/Nº 118/2009 de 03 de abril de 2009 (Anexo 2), quanto a aspectos referentes à forma de apresentação do Plano de Trabalho, à saber:

- 1- A apresentação do Plano de Trabalho deve ser anterior “a aplicação dos recursos;*
- 2- O Plano de Trabalho, que, além da especificação completa do bem a ser produzido ou adquirido, deverá previamente explicitar o valor a ser despendido na sua obtenção e conter cronograma de desembolso, este último condizente com as fases ou etapas de execução do objeto; e*
- 3- O Plano de Trabalho deve ser específico e guardar consonância com cada um dos projetos a serem apresentados pela CBC.”*

Por solicitação proposta da Secretária Nacional de Esporte de Alto Rendimento, que recebeu a NOTA/CONJUR/ME/Nº 42/2009 de 15 de abril de 2009 (Anexo 3), em referência ao Processo n.º 58701.00798/2009-19, quanto ao Projeto Básico e Plano de Trabalho apresentados pela Confederação Brasileira de Clubes – CBC, para aplicação de recursos recebidos da Lei nº. 11.345/06, à saber:

*“...pode-se contar que o Plano de Trabalho encaminhado, encontra-se corretamente preenchido com dados e informações claras quanto aos serviços a serem contratados e bens a serem adquiridos com seus respectivos valores. O cronograma de desembolso é compatível com o cronograma de atividades a serem realizadas, considerando que será um evento de capacitação que ocorrerá em uma única etapa e considerando, principalmente, a consonância com o cumprimento do objeto proposto. Destaque-se que os valores acostados no projeto por meio de consultas realizadas às empresas prestadoras de serviços e dos materiais solicitados para a realização do Fórum são meramente para efeito de pesquisa de preços, tendo o PROPONENTE a obrigação de adotar, na contratação de serviços ou aquisição de bens vinculados à execução desta ação, os procedimentos gerais de administração pública” (sic).*

Em 27 de maio de 2012, a CBC realizou uma Assembleia Geral Extraordinária, onde foi proposto e aprovado por unanimidade que a aplicação dos recursos financeiros geridos diretamente pela CBC, seriam



realizados com apoio da FENACLUBES, na formação de recursos humanos para os clubes sociais e esportivos filiados e associados as (02) duas entidades.

DESTA FORMA, A CRONOLOGIA EXPLICADA EM TODO O HISTÓRICO ACIMA, DEFINIU OS PROCEDIMENTOS DE UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS DA TIMEMANIA.

#### 4. JUSTIFICATIVAS DE UTILIZAÇÃO

Os clubes esportivos sociais, constituídos sob a forma de associações civis sem fins lucrativos, se identificam como aqueles que promovem, precípuamente, além das relações sociais, o esporte, a recreação, a educação cidadã e o lazer para seus associados e, fundamentalmente, a prática do desporto de rendimento, na forma definida pelo art. 3º, inciso III, da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1.998, atuando de modo bastante significativo na formação e no desenvolvimento de atletas das mais diversas modalidades desportivas.

Dotados de infra-estrutura adequada às atividades desportivas e de lazer que desenvolvem aliado às atividades sociais, culturais e educacionais que invariavelmente promovem, os clubes esportivos sociais constituem-se fator dos mais importantes para a formação integral do homem, como cidadão e como atleta, tornando-se um parceiro valioso para o desenvolvimento de políticas públicas na área social e esportiva.

Historicamente, os clubes esportivos sociais vêm tendo ao longo dos anos uma maciça, senão exclusiva, participação nos eventos desportivos formais e não-formais, sendo por isso mesmo identificado como a “*celula mater*” do desporto brasileiro e um dos principais responsáveis pela iniciação e aperfeiçoamento dos atletas de ponta.

Além disso, desde há muito, os clubes esportivos sociais exercitam, mesmo que informalmente, uma “política comunitária” mediante a disponibilização de seus espaços e, às vezes, de recursos humanos para as atividades próprias da comunidade, sejam sociais, desportivas, educacionais ou de lazer.

Diversas administrações de governo municipal, estadual e federal já reconheceram a importância deste segmento na economia, na geração de empregos, no oferecimento de oportunidades de lazer, entretenimento, educação, esporte, na formação de atletas e inúmeros outros benefícios para a população brasileira.

Esse cenário, todavia, estava sendo desfigurado em razão das dificuldades sobrepostas quanto, principalmente, à formação e ao desenvolvimento do atleta de rendimento, quase sempre em função dos altos custos despendidos e da alta carga tributária imposta a esse segmento.

Nesse périplo temporal, uma boa parte desses clubes tem conseguido se manter como entidades sem fins lucrativos, com características tanto sociais quanto desportivas, e conviver com tendências díspares: de um lado, o corpo associativo demandando melhorias e ampliações estruturais e incremento de atividades sociais, culturais, recreativas e de lazer, em detrimento ou até mesmo em substituição ao esporte federativo, e, de outro, a crescente profissionalização dos chamados esportes especializados, que, para manter a competitividade, exigem maior dispêndio por parte dos clubes, seja de recursos internos, oriundo dos próprios associados, seja na obtenção de recursos externos, por intermédio de patrocinadores.

São os clubes esportivos sociais, ainda, os grandes responsáveis pela detecção e desenvolvimento dos talentos esportivos brasileiros, sem que existisse, até o início de 2011, incentivo ou ajuda direta do

Governo Federal ao segmento, ou mesmo de alguns governos estaduais ou municipais que, quando existente, fica restrito a determinadas atividades ou sofre da indisponibilidade de recursos financeiros.

Com o advento da Nova Lei Pelé (Lei 9.615/98), que recebeu nova redação após o sancionamento da Lei 12.395/11, ocorreu a maior conquista da história do segmento clubístico, que repassa à CBC o correspondente a 0,5% de toda verba arrecadada nos concursos de Prognósticos, Loterias Federais e similares, sendo seu destino único e exclusivo para a formação de atletas olímpicos e paraolímpicos, além de inserir e reconhecer os clubes esportivos sociais em um subsistema específico e a Confederação Brasileira de Clubes - CBC no Sistema Nacional do Desporto.

Agora com a regulamentação da Nova Lei Pelé, por meio do Decreto 7.984, assinado em 08 de abril de 2013 e a Portaria nº 001/2014 do Ministério do Esporte, tornou-se necessário o planejamento de ações para atender esta nova legislação e que consolidem uma política de parceria entre o Governo Federal e os clubes esportivos sociais, visando, de um lado, o fortalecimento de ações voltadas para a formação e o desenvolvimento do atleta de rendimento principalmente nas modalidades olímpicas e paraolímpicas, e, do outro lado, dando vistas ao recrudescimento do esporte brasileiro no panorama internacional, adequando-se aos programas e projetos do Ministério do Esporte, consolidados no planejamento estratégico do esporte de alto rendimento.

O Plano Decenal de Esporte e Lazer, aprovado em 2010 durante a III Conferência Nacional do Esporte, prevê a implantação da Rede Nacional de Treinamento, estimulando o aproveitamento da capilaridade de instalações, especialmente dos clubes, propiciando o desenvolvimento de uma cultura olímpica, a partir da profissionalização técnica e governança esportiva, na formação de atletas de base ao alto rendimento, tornando-se com o advento da Nova Lei Pelé (Lei 9.615/98) uma meta significativamente mais tangível.

Portanto, a utilização dos recursos da Timemania permitirá a realização destes congressos, destacadamente orientando os dirigentes e profissionais dos clubes esportivos sociais brasileiros, capacitando-os quanto a utilização dos recursos oriundos da Lei nº 9.615/98, com destino único e exclusivo para formação de atletas olímpicos e paraolímpicos disseminando assim a política de formação de atletas olímpicos e paraolímpicos, bem como com a participação da FENACLUBES, incentivando os clubes a regularizarem sua situação fiscal junto a União, destacadamente orientando quanto a responsabilidade dos dirigentes e profissionais dos clubes esportivos sociais na utilização destes recursos.

#### **Objetivos**

- A confirmação da realização destes congressos estimulará fatalmente a massificação da participação dos clubes (entidades de prática do esporte) no desenvolvimento do esporte de base e na formação de atletas olímpicos e paraolímpicos, com foco nas olimpíadas e paralimpíadas Rio2016, bem como com a participação da FENACLUBES, incentivando os clubes a regularizarem sua situação fiscal junto a União.

**Área Geográfica  
e Características**

- Temos hoje 13.826 clubes esportivos sociais distribuídos em todo o território nacional, que são os grandes responsáveis pelo desenvolvimento dos talentos esportivos brasileiros.

A importância dos profissionais do esporte de clubes, diretamente ligados aos gerentes e gestores de clubes, que por sua vez se fundem aos ideais dos dirigentes dos clubes esportivos e sociais, aliado a significativa mudança no cenário dos clubes esportivos sociais, com o advento da Nova Lei Pelé (Lei 9.615/98), agora reconhecidos em um subsistema específico do Sistema Nacional do Desporto, o Decreto 7.984/2013 e a Portaria nº 001/2014 do Ministério do Esporte, possibilitando que possamos iniciar a utilização dos recursos para a formação de atletas olímpicos e paraolímpicos, levou-nos a optar pela execução do Congresso Brasileiro de Clubes em duas etapas e nas regiões onde o segmento clubístico tem a maior quantidade de clubes, possibilitando desta forma atingir um maior número de profissionais do esporte, gerentes, gestores e dirigentes, capacitando-os quanto a utilização dos recursos oriundos da Lei nº 9.615/98, com destino único e exclusivo para formação de atletas olímpicos e paraolímpicos disseminando assim a Política de formação de atletas nos clubes esportivos sociais, bem como com o apoio da FENACLUBES incentivando um maior número de clubes a regularizarem sua situação fiscal junto a União.

A realização do Congresso Brasileiro de Clubes em duas etapas e em regiões diferentes possibilitará a avaliação das estruturas profissionais esportivas e paradespotivas em cada um das regiões brasileiras, sintetizando estas avaliações com o objetivo geral do projeto, o que facilitará o planejamento estratégico na formação de atletas para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos no Rio de Janeiro em 2016.

Destacamos que para definição do local exato dos dois congressos, teremos como base os Conventions & Bureaus do Brasil, para indicação das principais cidades que tenham hotéis que comportem a estrutura de nossos eventos e a localização dos aeroportos próximos a esses hotéis. Em seguida realizaremos contato direto com estes hotéis, confirmando a estrutura e o preço total para o centro de convenções, hospedagem e alimentação, definindo assim os procedimentos de aquisição culminando com o conhecimento de qual será a sede para estes eventos.

## **5. OBJETIVO GERAL**

O presente projeto refere-se à realização do Congresso Brasileiro de Clubes que será realizado em duas etapas e nas regiões onde o segmento clubístico tem a maior quantidade de clubes, tendo como objetivo primordial, capacitar os dirigentes e profissionais do segmento, principalmente quanto aos procedimentos para a utilização dos recursos oriundos da Lei nº 9.615/98, com destino único e exclusivo para formação de atletas olímpicos e paraolímpicos disseminando assim a política de formação de atletas nos clubes esportivos sociais, bem como a responsabilidade dos dirigentes e profissionais dos clubes esportivos sociais, incentivando os clubes a regularizarem sua situação fiscal junto a União para que possam utilizar estes recursos, possibilitando que os dirigentes, gestores, gerentes e profissionais dos clubes passem a ter uma gestão de excelência, obtendo melhores condições para continuarem a fazer o que já fazem, ou seja, formar cada vez mais atletas, para que nosso país se torne uma potência olímpica e paraolímpica.



Consequentemente, o projeto visa incentivar ainda mais o esporte nos clubes, desde a base até o alto rendimento e, principalmente, nas modalidades olímpicas e paraolímpicas, unindo os clubes esportivos sociais aos programas do Governo Federal, com foco nas olimpíadas e paralimpíadas Rio2016.

Vale ressaltar que os clubes esportivos sociais, constituídos sob a forma de associações civis sem fins lucrativos, se identificam como aqueles que promovem, precipuamente, além das relações sociais, o esporte, a recreação, a educação cidadã e o lazer para seus associados e, fundamentalmente, a prática do esporte de base, atuando de modo bastante significativo na formação e no desenvolvimento de atletas das mais diversas modalidades desportivas.

Assim, na expectativa de projetar ainda mais o nome do Brasil no cenário esportivo, é de vital importância à capacitação, visando à formação de atletas de alto rendimento e o desenvolvimento de modalidades esportivas olímpicas e paraolímpicas. Com o apoio do Ministério do Esporte, em um futuro próximo, poderemos aumentar significativamente a prática do esporte, afastando nossas crianças e jovens da ociosidade e dos delitos juvenis, além de fomentar o esporte de base e subsidiar o alto rendimento, fortalecendo desta forma o desenvolvimento de inúmeras modalidades esportivas.

## 6. OBJETIVOS ESPECÍFICOS / ATIVIDADES PREVISTAS E CRONOGRAMAS

Para realizarmos estes eventos, segue abaixo o detalhamento de cada uma das atividades estabelecidas no seguinte cronograma:

<b>Etapas / Fase</b>	<b>Atividades</b>	<b>Início / Término 2015</b>
01	Estudo de mercado para definir o local das duas etapas	Jan/SET
02	Definição do local para realização das duas etapas	Jan/Out
03	Estruturação das duas etapas, com estimativa dos recursos previstos	Jan/Out
04	Aquisições de produtos e serviços para as duas etapas	Jan /Nov
05	Envio de material gráfico de comunicação contendo as informações das duas etapas	Jan/Dez
06	Realização das duas etapas	1º semestre e 2º semestre

Face ao objetivo primordial deste plano, que será obter uma grande participação dos clubes esportivos sociais nos dois congressos, objetivando o incentivo à formação esportiva, fazemos aqui uma avaliação conjunta apenas das etapas / fases das atividades:

### **Estudo de mercado para definir os locais das duas etapas**

A Comissão Organizadora de eventos da CBC fará uma ampla pesquisa, objetivando minimizar os custos da realização dos eventos e definirá os hotéis que comportem a estrutura dos eventos nas regiões onde o segmento clubístico tem as maiores quantidades de clubes, sendo a primeira etapa no 1º semestre de 2015 na região sul, por ser a primeira região com mais clubes do país, e a segunda etapa no 2º semestre de 2015 na região sudeste, por ser a segunda região com mais clubes do país, que ofereça as melhores condições e que atendam às necessidades do segmento. A segunda etapa contará com o apoio do SINDI-CLUBE/SP, portanto o evento deverá ser realizado no Estado de São Paulo.

### **Definição dos locais para realização das duas etapas**

As etapas deverão ser realizadas em hotéis que tenham estrutura que comportem os eventos e que estejam localizados em uma das principais cidades do Brasil e próximos a aeroportos que atendam a participação de todos os dirigentes e profissionais dos clubes brasileiros. A contratação dos hotéis oficiais dos eventos será feita por intermédio de processo aquisição: pregão, conforme detalhamos no processo de Aquisições de Produtos e Serviços a seguir.

### **Estruturação das duas etapas**

Definidos os locais, passaremos a elaborar e estruturar todas as atividades das duas etapas.

### **Aquisições de produtos e serviços para as duas etapas**

A CBC depende da aprovação deste Projeto Básico pelo Ministério do Esporte para providenciar a aquisição dos produtos e serviços para a realização dos eventos, sendo que os mesmos deverão ser adquiridos pelos procedimentos estipulados para o processo de aquisição, conforme Regulamento de Compras e Contratações da CBC, publicado no DOU no dia 06/08/2013 e disponibilizado no sítio eletrônico da CBC observando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, isonomia, probidade, finalidade, razoabilidade, proporcionalidade, motivação, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo, eficiência da economicidade, do desenvolvimento nacional sustentável e outros que lhe sejam correlatos, inadmitindo-se critérios que frustrem seu caráter competitivo.

### **Envio de material gráfico de comunicação contendo as informações das duas etapas**

Após deliberação das ações iniciais dos referidos eventos, enviaremos os materiais de comunicação, convidando os dirigentes, gestores, gerentes e profissionais dos clubes esportivos sociais brasileiros para se inscreverem, bem como após a realização do evento comunicaremos o resultado do mesmo.

### **Realização das duas etapas**

As estimativas de público foram feitas de acordo com a participação dos dirigentes e profissionais dos clubes nos eventos realizados pela CBC, sendo considerado ainda o grande interesse na participação, após a regulamentação da Nova Lei Pelé, em abril deste ano.

O Congresso Brasileiro de Clubes será realizado em duas etapas e nas regiões onde o segmento clubístico tem a maior quantidade de clubes, sendo a primeira etapa no 1º semestre de 2015 na região sul, por ser a primeira região com mais clubes do país, e a segunda etapa no 2º semestre de 2015 na região sudeste, por ser a segunda região com mais clubes do país. A segunda etapa contara com o apoio do SINDI-CLUBE/SP, portanto o evento deverá ser realizado no Estado de São Paulo, sendo os locais dos eventos determinados após um amplo estudo de mercado e contratação por intermédio de processos licitatórios.

## **7. METODOLOGIA EMPREGADA**

Todas as atividades serão coordenadas e implantadas pela Comissão Organizadora da CBC.

A Comissão Organizadora da CBC, durante as ações iniciais estabelecerá uma proposta de programação e preparação dos Congressos.

O Congresso Brasileiro de Clubes em suas duas etapas será divulgado por meio de folders e materiais de comunicação, além do portal oficial no site eletrônico da CBC, estabelecendo um período de inscrição dos participantes, criando mecanismos de multiplicação e motivação para participação entre os clubes brasileiros, fazendo com que os objetivos definidos sejam alcançados.

## 8. AVALIAÇÃO PROCESSUAL

Este plano foi elaborado a partir da constatação de que a atividade preponderante desenvolvida pelos clubes está relacionada diretamente ao esporte. Sabe-se que da mesma forma que nos Estados Unidos e em outros países, bem mais desenvolvidos no esporte, as escolas são o berço da maioria dos grandes campeões mundiais e olímpicos, em outros poucos países totalitários, o estado é que se responsabiliza por essa nata desportiva. **Já no Brasil os clubes esportivos sociais é que servem de nascedouro dos melhores atletas na grande maioria das modalidades, sendo a partir de 2011, reconhecidos pela Nova Lei Pelé (Lei 9.615/98) como integrantes no subsistema específico do Sistema Nacional do Desporto.**

Baseados nesta constatação, a CBC realiza este Projeto, para disponibilizar aos clubes esportivos sociais de todo o Brasil, os eventos para capacitação dos dirigentes e profissionais do esporte, para a formação dos atletas, obtendo assim um excelente resultado, destacadamente nas Olimpíadas e Paraolimpíadas de 2016 na cidade do Rio de Janeiro, bem como, com o apoio da FENACLUBES, incentivar um maior número de clubes a regularizarem sua situação fiscal junto a União.

Dentro desta filosofia, elaboramos os referidos eventos, visando incentivar a formação esportiva, fazendo com que os clubes esportivos sociais retomem sua principal missão no esporte.

## 9. RESULTADOS ESPERADOS

Sintetizamos aqui nossa avaliação dos resultados esperados e de impacto para realização dos Congressos:

*A possibilidade da participação de aproximadamente 1.400 dirigentes e profissionais de clubes esportivos sociais nas duas etapas, sendo previsto 600 na 1ª etapa e 800 na 2ª etapa, possibilitará a divulgação de ações da Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento/ME visando à capacitação dos participantes, democratizando o acesso à prática do esporte em suas diversas modalidades, buscando novas parcerias no Governo Federal e principalmente qualificando-os quanto ao atendimento dos quesitos da Nova Lei Pelé (Lei 9.615/98) e do Decreto 7.984/2013, como resultado irá agregar um grande número de clubes dispostos a implantar programas do Ministério do Esporte, na formação de atletas, destacadamente nas Olimpíadas e Paraolimpíadas do Rio de Janeiro em 2016, no cumprimento do artigo 217 da Constituição Federal, que diz que “É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais; como direito de cada um (...).”*

## 10. ORÇAMENTO DO PROJETO



As estimativas de valores do orçamento foram estabelecidas por intermédio do número de participantes e do preço unitário em cada item, conforme estudo de mercado realizado no período de setembro a outubro de 2014:

Fase / Meta	Especificação do evento	Solicitado Concedente	Total
01	Congresso Brasileiro de Clubes – 1º semestre Congresso Brasileiro de Clubes – 2º semestre	2.685.503,52	2.685.503,52
	<b>TOTAL GERAL DO ORÇAMENTO DOS EVENTOS</b>		<b>2.685.503,52</b>

	CONGRESSO BRASILEIRO DE CLUBES	1º SEMESTRE	2º SEMESTRE	TOTAL DOS EVENTOS
Fase/ Meta	Especificação das atividades	Solicitado Concedente	Solicitado Concedente	
<b>1</b>	<b>HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO (*)</b>			
	1.1 - Diárias com café da manhã	463.656,00	544.592,00	1.008.248,00
	1.2 - Refeições	246.990,00	403.680,00	650.670,00
	<b>TOTAL ITEM 01</b>	<b>710.646,00</b>	<b>948.272,00</b>	<b>1.658.918,00</b>
<b>2</b>	<b>TRANSPORTE</b>			
	2.1 - Translados para organização	11.656,90	4.397,56	16.054,46
	<b>TOTAL ITEM 02</b>	<b>11.656,90</b>	<b>4.397,56</b>	<b>16.054,46</b>
<b>3</b>	<b>MATERIAL DE CONSUMO</b>			
	3.1 - Bolsa de trabalho dos participantes	17.202,00	22.936,00	40.138,00
	3.2 - Canetas	702,00	936,00	1.638,00
	<b>TOTAL ITEM 03</b>	<b>17.904,00</b>	<b>23.872,00</b>	<b>41.776,00</b>
<b>4</b>	<b>OUTRAS DESPESAS</b>			
	4.1 - Serviços de Áudio Visuais e Outros:			
	✓ Equipamentos áudio visuais	139.912,47	139.912,47	279.824,94
	✓ Filmagem e iluminação	46.219,23	46.219,23	92.438,46
	✓ Equipamentos de informática	21.091,27	21.091,27	42.182,54
	✓ Banners e material de sinalização	9.423,97	9.423,97	18.847,94
	4.2 - Stands de exposição	8.632,02	8.632,02	17.264,04
	4.3 - Vídeo do evento	13.186,00	13.186,00	26.372,00
	4.4 - Portal do Evento	10.370,78	10.370,78	20.741,56
	4.5 - Criação de peças de comunicação do			

evento:			
✓ Sinalização de programação	1.481,82	1.481,82	2.963,64
✓ Sinalização de palco	1.075,98	1.075,98	2.151,96
✓ Bloco de Rascunho	552,98	-	552,98
✓ Informativo	3.487,28	3.487,28	6.974,56
✓ Folder com envelope especial	2.221,67	2.221,67	4.443,34
✓ Programação do Evento	779,62	779,62	1.559,24
✓ Informações Importantes	779,62	779,62	1.559,24
✓ Ficha de avaliação	779,62	779,62	1.559,24
✓ Certificado de participação	718,77	718,77	1.437,54
✓ Relatório final dos eventos e suas ações	-	9.058,35	9.058,35
✓ Logomarca do evento	2.187,71	2.187,71	4.375,42

Fase/ Meta	CONGRESSO BRASILEIRO DE CLUBES	1º semestre	2º semestre	TOTAL DOS EVENTOS
	Especificação das atividades	Solicitado Concedente	Solicitado Concedente	
	<b>4.6 - Confeção de peças gráficas p/ comunicação do evento:</b>			
	✓ Bloco de Rascunho	2.160,00	2.880,00	5.040,00
	✓ Informativo	9.200,00	9.200,00	18.400,00
	✓ Folder com envelope especial	7.440,00	7.440,00	14.880,00
	✓ Programação do Evento	276,00	368,00	644,00
	✓ Informações Importantes	276,00	368,00	644,00
	✓ Ficha de avaliação	276,00	368,00	644,00
	✓ Certificado de participação	402,00	536,00	938,00
	✓ Relatório final dos eventos e suas ações	-	11.280,00	11.280,00
	✓ Papel timbrado	375,00	375,00	750,00
	✓ Envelope grande	1.230,00	1.230,00	2.460,00
	4.7 - Frete de materiais	4.797,75	1.123,90	5.921,65
	4.8 - Postagens	20.000,00	25.000,00	45.000,00
	4.9 - Fotografia	7.550,00	7.550,00	15.100,00
	4.10 - Serviços de recepção	2.123,88	2.123,88	4.247,76
	4.11 - Serviços - Mestre de cerimônias	8.033,33	8.033,33	16.066,66
	4.12 - Serviços de acompanhamento jurídico para execução dos pregões	32.900,00	32.900,00	65.800,00
	4.13 - Serviços de auditoria para processo de prestação de contas dos eventos	29.166,00	29.166,00	58.332,00

	4.14 - Publicação: Aviso de Edital, Resultado de Julgamento e Extrato de Contrato dos pregões	4.000,00	4.000,00	8.000,00
	<b>TOTAL ITEM 04</b>	<b>393.106,77</b>	<b>415.348,29</b>	<b>808.455,06</b>
<b>5</b>	<b>SERVIÇOS PESSOAIS</b>			
	5.1 - Palestrantes (*)	65.800,00	94.500,00	160.300,00
	<b>TOTAL ITEM 05</b>	<b>65.800,00</b>	<b>94.500,00</b>	<b>160.300,00</b>
	<b>TOTAL GERAL DOS ITENS 01 A 05</b>	<b>1.199.113,67</b>	<b>1.486.389,85</b>	<b>2.685.503,52</b>
	<b>TOTAL GERAL DOS EVENTOS (1º E 2º SEMESTRE)</b>			<b>2.685.503,52</b>

(\*) Na hospedagem e alimentação do Hotel está inclusa no valor a quantidade do Centro de Convenções, com toda a estrutura para realização das plenárias, painéis de debates e palestras.

## 11. EQUIPE TÉCNICA

A Comissão Organizadora terá a coordenação do Sr. Edson Garcia, profissional de larga experiência no segmento clubístico, além dos dirigentes e funcionários da CBC:

Nome	Função
Ângela Maria Cruz Reis da Silva	Assistente Administrativo II
Arialdo Boscolo	Presidente do Conselho Consultivo
Delvair Rodrigues Trindade	Supervisor Administrativo Financeiro
Edson Garcia	Superintendente/Coordenador
Elisiário Pires Palermo Junior	Supervisor de Projetos I
Elzita Maria de Lima	Gerente Jurídico I
Fátima Ap. Silva da Costa Jacintho	Analista Financeiro I
Fernando Manuel de Matos Cruz	Diretor de Formação de Atletas Olímpicos e Paraolímpicos
Gianna Lepre Perim	Gerente de Projetos II
Jair Alfredo Pereira	Presidente da Diretoria
Juçara dos Reis Marques	Assistente Administrativo II
Lars Schmidt Grael	Diretor Técnico
Leonardo Andreotti Paulo de Oliveira	Advogado III
Mariana Augusta Berretta	Analista de Comunicação I
Priscila Pires da Silveira Moraes	Analista de Eventos I
Renata Cristina Pongiluppi	Assistente Financeiro II
Wladimir Vinycius de Moraes Camargos	Diretor Jurídico



## 12. PROGRAMAÇÃO PREVISTA DOS CONGRESSOS

### CONGRESSO BRASILEIRO DE CLUBES – 1º semestre / 2º semestre

#### Sexta-feira

- 08h00 – *Início do credenciamento dos participantes*
- 08h30 – *Abertura técnica do Congresso Brasileiro de Clubes*
- 09h00 – *Início do recebimento dos “Casos de Sucesso”*
- 11h00 – *Oficina: Capacitação para projetos de formação de atletas olímpicos e paraolímpicos*
- 12h30 – *Almoço*
- 14h00 – *Oficina: Capacitação para prestação de contas de projetos de formação de atletas*
- 15h30 – *Painel de debates com os profissionais e gestores dos clubes*
- 19h30 – *Abertura oficial do Congresso Brasileiro de Clubes*
  - *Homenagem aos Clubes Centenários*
  - *Jantar*

#### Sábado

- 09h30 – *Palestra: Gestão dos clubes e utilização de recursos públicos*
- 11h00 – *Apresentação dos “Casos de Sucesso”*
- 12h30 – *Almoço*
- 14h00 – *Oficina: Cadastro Geral de entidade de pratica desportiva - EPDS filiada a CBC*
- 15h30 – *Mesa de Debates com as Presidências da CBC e FENACLUBES*
- 19h30 – *Premiação dos vencedores dos melhores “Casos de Sucesso”*
  - *Jantar*

#### Domingo

- 09h00 – *Palestra: Administração da área esportiva*
- 10h30 – *Palestra: Experiência esportiva*
- 12h00 – *Almoço*
- 14h30 – *Encerramento das atividades do Congresso e entrega dos certificados*

## 13. PALESTRANTES E CONFERENCISTAS PREVISTOS PARA OS CONGRESSOS

A seleção dos palestrantes foi realizada procurando-se observar a experiência dos mesmos no segmento clubístico e no cenário esportivo nacional. Destacamos também que se trata de uma **Programação Prevista**, pois os temas poderão ser alterados e, por consequência, os respectivos palestrantes, em função do surgimento de assuntos de relevância para o segmento e para o desenvolvimento do esporte nacional:

**Gianna Lepre Perim**

Possui Doutorado em Educação pela UNICAMP, mestrado em Educação Física pela USP, graduada em Educação Física pela Universidade do Norte do Paraná – UNOPAR e em Comunicação Social pela Universidade Estadual de Londrina – UEL. No Ministério do Esporte, atuou principalmente nos temas: formulação e implementação de políticas públicas; elaboração, acompanhamento e avaliação de programas e projetos e gestão de convênios. Atuou na Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento do Ministério do Esporte, coordenando os convênios na área de capacitação e apoio a projetos esportivos, desde a apresentação dos projetos, execução, acompanhamento e fiscalização dos convênios, até a prestação de contas.

**Oficina****Wladimyr Vinycius de Moraes Camargos**

Advogado na área de Direito Desportivo e Diretor Jurídico da Confederação Brasileira de Clubes, é professor da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás, onde coordena o Centro Brasileiro de Estudos em Direito Desportivo; mestre e doutorando em Direito; ex-Consultor Jurídico do Ministério do Esporte, onde atuou como relator da Comissão que elaborou o anteprojeto de regulamentação da Lei Geral do Desporto que resultou no Decreto n. 7984, de 2013. Integrou o Grupo de Trabalho do Ministério da Justiça que redigiu o anteprojeto de lei que reformou o Estatuto do Torcedor (Portaria MJ N. 1.195/2008).

**Oficina****Lars Schmidt Graell:**

Velejador brasileiro, medalhista de bronze em dois Jogos Olímpicos: Seul 1988 e Atlanta 1996. Todas elas na classe Tornado. Ocupou cargos de relevância na área privada e pública, nacional e internacional, inclusive como Secretário Nacional de Esporte do Ministério do Esporte e Turismo.

**Oficina****Alexandre Ramos Samuel - Tande**

Tande estreou no vôlei de praia em 1997, ao lado do companheiro de seleção, Giovane. Tande venceu sete etapas do Circuito Mundial de Vôlei de Praia, ganhou quatro medalhas de prata e nove de bronze, num total de 20 pódios. Esteve com a Seleção Brasileira nos Jogos Olímpicos de Barcelona (1992), Atlanta (1996) e Sydney (2000). Na quadra, já jogou pelo Botafogo (RJ), AABB (DF), Banespa (SP), Mediolanum (Itália), Flamengo (RJ) e Olympikus (SP). Na praia, foi parceiro de Giovane, Emanuel, Loiola, Pará, Pedro Cunha e, em 2004, do cearense Franco, atualmente é apresentador do Esporte Espetacular na TV Globo.

**Palestra****José Roberto Guimarães:**

Técnico tri-campeão olímpico comandando equipes masculinas e femininas da mesma modalidade. É o único Tri-Campeão Olímpico brasileiro, tendo vencido em 1992, comandando a seleção masculina de vôlei, e em 2008 e 2012, comandando a equipe feminina. Seu nome tornou-se sinônimo de qualidade na formação de equipes de sucesso de acordo com as particularidades de cada uma. José Roberto sempre enfatiza as diferenças entre comandar um time masculino e um time feminino, sua especialidade. Em sua palestra, aborda temas relacionados a formação e administração de equipes vencedoras, tais como manter a equipe motivada e unida, importância do treinamento, planejamento e estratégias e adaptação a diferentes situações.

**Palestra****Prof. João Roberto Gretz:**

Professor em cursos de pós-graduação e diretor de Recursos Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina. É o conferencista brasileiro mais requisitado para convenções de vendas, entre outros

eventos empresariais. Citado em pesquisa especial da revista Exame (edição de 24/11/2004) como um dos dez palestrantes mais contratados pelas empresas brasileiras.

**Palestra**

**Carlos Hilsdorf:**

Reconhecido pelo mercado como um dos cinco melhores e mais requisitados palestrantes do Brasil. Economista, Pós – Graduado em Marketing pela FGV, autor e consultor de empresas e profundo pesquisador do comportamento humano.

**Palestra**

**Waldez Ludwig:**

Professor, consultor em gestão empresarial e palestrante. É formado em Psicologia pela Universidade de Brasília e em Teatro pela Fundação Brasileira de Teatro. Trabalhou como Analista de Sistemas durante vinte anos para órgãos e empresas públicas e privadas.

**Palestra**

**Prof. Mario Sergio Cortella:**

Graduado em Filosofia pela Faculdade de Filosofia Nossa Senhora Medianeira (1975), Mestrado em Educação (Currículo) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1989) e Doutorado em Educação (Currículo) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1997). Atualmente é professor-titular do Departamento de Teologia e Ciências da Religião e da Pós-Graduação em Educação (Currículo) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, na qual está desde 1977; é membro-conselheiro do Conselho Técnico Científico Educação Básica da CAPES/MEC (2008/2010).

**Palestra**

**Jair Alfredo Pereira:**

Presidente da Confederação Brasileira de Clubes – CBC.

**Mesa de Debates**

**Arialdo Boscolo:**

Presidente da Federação Nacional dos Clubes Esportivos – FENACLUBES e membro do Conselho Nacional do Esporte - CNE

**Mesa de Debates**

## **14. COMUNICAÇÃO DO PROJETO**

Contamos com uma assessoria de imprensa, cabendo à mesma a elaboração dos releases e de todo o material de comunicação deste plano, dando conhecimento de nossas ações aos clubes esportivos sociais, às autoridades governamentais e a sociedade em geral.

Registraremos que em todas as matérias, assim como em todo o material de comunicação, destacaremos a marca do Ministério do Esporte e do Governo Federal vigente, conforme modelo abaixo:



**15. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES**

Etapa / Fase	Atividades: Eventos	Períodos	
		Início	Término
01	Comunicação	Jan	Dez
02	Aquisição de produtos, contratação de serviços e outras despesas dos eventos	Jan	Dez

Campinas, 24 de setembro de 2014.



Jair Alfredo Pereira  
Presidente

## **ANEXO I – B - TRANSCRIÇÃO FIEL DO PROJETO BÁSICO - FÓRUM NACIONAL DE PRESIDENTES DE CLUBES**

### **1. APRESENTAÇÃO / IDENTIFICAÇÃO**

A Confederação Brasileira de Clubes – CBC, entidade integrante do Sistema Nacional do Desporto ampara os legítimos interesses dos clubes esportivos e sociais do Brasil, principais responsáveis pela formação de atletas olímpicos e paraolímpicos.

Com a reativação da Comissão dos Clubes vinculados ao Conselho Nacional do Esporte - CNE torna-se necessário realizarmos um Fórum com os Presidentes e dirigentes sociais dos clubes esportivos e sociais e entidades representativas dos clubes, tendo como objetivo primordial levantar os problemas atuais do segmento, capacitando e debatendo com os presidentes e dirigentes sociais o planejamento estratégico para a melhoria da governança dos clubes.

Consequentemente, o projeto visa incentivar ainda mais as atividades sociais, principalmente através do esporte nos clubes esportivos sociais, desde a base até o alto rendimento e, principalmente, nas modalidades olímpicas e paraolímpicas, unindo os clubes filiados à CBC e incentivando os associados à FENACLUBES aos programas do Governo Federal.

O objetivo primordial deste projeto terá a participação e apoio da Federação Nacional dos Clubes Esportivos - FENACLUBES, detentora do código de entidade sindical nº. 000.843.00000-7 e processo de Registro Sindical nº 46000.012940/2002-12, sendo a FENACLUBES representante da categoria econômica dos clubes esportivos sociais de prática formal e não formal, no âmbito sindical, como entidade de grau superior. Destacamos que a FENACLUBES foi idealizada e fundada em 2002 por meio da Confederação Brasileira de Clubes – CBC e após 10 anos de muita luta e trabalho obteve o seu registro Sindical em 06 de março de 2012.

### **2. PERIODO DE REALIZAÇÃO**

O Fórum Nacional de Presidentes de Clubes será realizado na cidade do Rio de Janeiro entre os meses de agosto a setembro, em um fim de semana de sábado a domingo, sendo o local e datas determinados após um amplo estudo de mercado e contratação por intermédio de processos de aquisição, conforme Regulamento de Compras e Contratações da CBC.

### **3. HISTÓRICO**

A Lei n. 11.345, de 14 de setembro de 2006, dispõe sobre a instituição de concurso de prognóstico, sendo que no item b, inciso IV do art. 2º, destina 1% (um por cento) do total dos recursos arrecadados com a realização dos concursos para as ações dos clubes sociais, de acordo com os projetos aprovados pela CBC.

No Decreto n. 6.187, de 14 de agosto de 2007, regulamenta a Lei n. 11.345, que institui o concurso de prognóstico denominado Timemania, são estabelecidos os critérios de participação e no § 5º, inciso VIII, do art. 3º, destina a aplicação dos recursos, geridos diretamente pela CBC ou de forma descentralizada por meio de convênio com entidades que lhe são filiadas, se sujeitando aos princípios gerais da

administração pública e aos planos de trabalho previamente aprovados e submetidos à prestação de contas e fiscalização do Ministério do Esporte.

Com a Lei n. 11.752, de 21 de julho de 2008, foi aberto no Orçamento Fiscal da União, o crédito especial para este fim específico.

Desde agosto de 2008, os repasses destes recursos começaram a ser depositados em uma conta bancária específica da CBC na Caixa Econômica Federal.

Com Ofício n. 15.111, de 29 de setembro de 2008, a CBC solicitou o parecer ao Ministério do Esporte da forma e periodicidade da aplicação destes recursos, que gerou o Processo n. 58000.003923/2008-69.

Em 15 de novembro de 2008, a CBC realizou a Assembleia Geral Extraordinária, definindo que, em razão do valor arrecadado pela Timemania ser muito inferior às estimativas feitas pela Caixa Econômica Federal no início da loteria, foi proposto e aprovado por unanimidade que a aplicação dos recursos financeiros fossem geridos diretamente pela CBC na formação de recursos humanos.

Esta formação aconteceria através de eventos e efetivada por todas as despesas necessárias à capacitação, instrução, educação, treinamento e habilitação na área do desporto, inclusive por meio de cursos, palestras, oficinas, congressos, seminários, fóruns, exposições e outras formas de difusão de conhecimento, bem assim o custeio de pesquisas e desenvolvimento de técnicas e práticas técnico-científicas ligadas ao esporte de base e formação de atletas dos clubes esportivos sociais.

Por consulta da Secretaria Executiva do Ministério do Esporte, que recebeu a NOTA CONJUR/ME N.º134/2008 de 18 de novembro de 2008 (Anexo 1), quanto a utilização dos recursos e da anualidade da prestação de contas, à saber:

*“1- Está de acordo com as normas de regência à pretensão da Confederação Brasileira de Clubes de gestão direta dos recursos a ela destinados por força da Lei da Timemania.  
2. Também não há óbice legal à pretensão de prestação de contas anual. Contudo, há que haver concordância da Administração. No caso, a Secretaria Nacional de Alto Rendimento deve manifestar-se.”*

Por solicitação proposta da Secretária Nacional de Esporte de Alto Rendimento, que recebeu o PARECER/CONJUR/ME/Nº 118/2009 de 03 de abril de 2009 (Anexo 2), quanto a aspectos referentes à forma de apresentação do Plano de Trabalho, à saber:

*“1- A apresentação do Plano de Trabalho deve ser anterior “a aplicação dos recursos;  
2- O Plano de Trabalho, que, além da especificação completa do bem a ser produzido ou adquirido, deverá previamente explicitar o valor a ser despendido na sua obtenção e conter cronograma de desembolso, este último condizente com as fases ou etapas de execução do objeto; e  
3- O Plano de Trabalho deve ser específico e guardar consonância com cada um dos projetos a serem apresentados pela CBC.”*

Por solicitação proposta da Secretária Nacional de Esporte de Alto Rendimento, que recebeu a NOTA/CONJUR/ME/Nº 42/2009 de 15 de abril de 2009 (Anexo 3), em referência ao Processo n.º 58701.00798/2009-19, quanto ao Projeto Básico e Plano de Trabalho apresentados pela Confederação Brasileira de Clubes – CBC, para aplicação de recursos recebidos da Lei nº. 11.345/06, à saber:



*“...pode-se contar que o Plano de Trabalho encaminhado, encontra-se corretamente preenchido com dados e informações claras quanto aos serviços a serem contratados e bens a serem adquiridos com seus respectivos valores. O cronograma de desembolso é compatível com o cronograma de atividades a serem realizadas, considerando que será um evento de capacitação que ocorrerá em uma única etapa e considerando, principalmente, a consonância com o cumprimento do objeto proposto. Destaque-se que os valores acostados no projeto por meio de consultas realizadas às empresas prestadoras de serviços e dos materiais solicitados para a realização do Fórum são meramente para efeito de pesquisa de preços, tendo o PROPONENTE a obrigação de adotar, na contratação de serviços ou aquisição de bens vinculados à execução desta ação, os procedimentos gerais de administração pública” (sic).*

Em 27 de maio de 2012, a CBC realizou uma Assembleia Geral Extraordinária, onde foi proposto e aprovado por unanimidade que a aplicação dos recursos financeiros geridos diretamente pela CBC, seriam realizados com apoio da FENACLUBES, na formação de recursos humanos para os clubes sociais e esportivos filiados e associados as (02) duas entidades.

DESTA FORMA, A CRONOLOGIA EXPLICADA EM TODO O HISTÓRICO ACIMA, DEFINIU OS PROCEDIMENTOS DE UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS DA TIMEMANIA.

#### **4. JUSTIFICATIVAS DE UTILIZAÇÃO**

Os clubes esportivos sociais, constituídos sob a forma de associações civis sem fins lucrativos, se identificam como aqueles que promovem, precípuamente, além das relações sociais, o esporte, a recreação, a educação cidadã e o lazer para seus associados e, fundamentalmente, a prática do desporto de rendimento, na forma definida pelo art. 3º, inciso III, da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1.998, atuando de modo bastante significativo na formação e no desenvolvimento de atletas das mais diversas modalidades desportivas.

Dotados de infra-estrutura adequada às atividades desportivas e de lazer que desenvolvem aliado às atividades sociais, culturais e educacionais que invariavelmente promovem, os clubes esportivos sociais constituem-se fator dos mais importantes para a formação integral do homem, como cidadão e como atleta, tornando-se um parceiro valioso para o desenvolvimento de políticas públicas na área social e esportiva.

Historicamente, os clubes esportivos sociais vêm tendo ao longo dos anos uma maciça, senão exclusiva, participação nos eventos desportivos formais e não-formais, sendo por isso mesmo identificado como a “*celula mater*” do desporto brasileiro e um dos principais responsáveis pela iniciação e aperfeiçoamento dos atletas de ponta.

Além disso, desde há muito, os clubes esportivos sociais exercitam, mesmo que informalmente, uma “política comunitária” mediante a disponibilização de seus espaços e, às vezes, de recursos humanos para as atividades próprias da comunidade, sejam sociais, desportivas, educacionais ou de lazer.

Diversas administrações de governo municipal, estadual e federal já reconheceram a importância deste segmento na economia, na geração de empregos, no oferecimento de oportunidades de lazer, entretenimento, educação, esporte, na formação de atletas e inúmeros outros benefícios para a população brasileira.

Esse cenário, todavia, estava sendo desfigurado em razão das dificuldades sobrepostas quanto, principalmente, à formação e ao desenvolvimento do atleta de rendimento, quase sempre em função dos altos custos despendidos e da alta carga tributária imposta a esse segmento.

Nesse périplo temporal, uma boa parte desses clubes tem conseguido se manter como entidades sem fins lucrativos, com características tanto sociais quanto desportivas, e conviver com tendências díspares: de um lado, o corpo associativo demandando melhorias e ampliações estruturais e incremento de atividades sociais, culturais, recreativas e de lazer, em detrimento ou até mesmo em substituição ao esporte federativo, e, de outro, a crescente profissionalização dos chamados esportes especializados, que, para manter a competitividade, exigem maior dispêndio por parte dos clubes, seja de recursos internos, oriundo dos próprios associados, seja na obtenção de recursos externos, por intermédio de patrocinadores.

São os clubes esportivos sociais, ainda, os grandes responsáveis pela detecção e desenvolvimento dos talentos esportivos brasileiros, sem que existisse, até o início de 2011, incentivo ou ajuda direta do Governo Federal ao segmento, ou mesmo de alguns governos estaduais ou municipais que, quando existente, fica restrito a determinadas atividades ou sofre da indisponibilidade de recursos financeiros.

Portanto, a utilização dos recursos da Timemania permitirá a realização deste Fórum Nacional de Presidentes de Clubes, destacadamente orientando os presidentes e dirigentes sociais dos clubes esportivos sociais brasileiros e entidades representativas dos clubes a levantar os problemas atuais do segmento, capacitando e debatendo com os presidentes planejamento estratégico de forma a fomentar as atividades sociais e fortalecer o desenvolvimento esportivo e a melhoria da governança dos clubes.

**Objetivos**

- A confirmação da realização deste Fórum estimulará fatalmente a massificação da participação dos presidentes e dirigentes sociais dos clubes esportivos sociais brasileiros e entidades representativas dos clubes a levantar os problemas atuais do segmento, capacitando e debatendo com os presidentes e dirigentes sociais o planejamento estratégico para a melhoria da governança dos clubes.

**Área Geográfica e Características**

- Temos a estimativa que 13.826 clubes esportivos sociais são distribuídos em todo o território nacional, que são os grandes responsáveis pelo desenvolvimento dos talentos esportivos brasileiros.

A realização do Fórum Nacional de Presidentes de Clubes será realizado com o apoio da FENACLUBES incentivando uma maior participação de presidentes e dirigentes sociais.

## 5. OBJETIVO GERAL

O presente projeto refere-se ao Fórum Nacional de Presidentes de Clubes, tendo como objetivo primordial, levantar os problemas atuais do segmento, capacitando e debatendo com os presidentes e dirigentes sociais o planejamento estratégico para a melhoria da governança dos clubes.

Consequentemente, o projeto visa incentivar ainda mais o esporte nos clubes esportivos sociais, desde a base até o alto rendimento e, principalmente, nas modalidades olímpicas e paraolímpicas, unindo os clubes filiados à CBC e incentivando os associados à FENACLUBES aos programas do Governo Federal.

Vale ressaltar que os clubes esportivos sociais, constituídos sob a forma de associações civis sem fins

lucrativos, se identificam como aqueles que promovem, precipuamente, além das relações sociais, o esporte, a recreação, a educação cidadã e o lazer para seus associados e, fundamentalmente, a prática do esporte de base, atuando de modo bastante significativo na formação e no desenvolvimento de atletas das mais diversas modalidades desportivas.

Assim, na expectativa de projetar ainda mais o nome do Brasil no cenário esportivo, é de vital importância à capacitação, visando à formação de atletas de alto rendimento e o desenvolvimento de modalidades esportivas olímpicas e paraolímpicas. Com o apoio do Ministério do Esporte, em um futuro próximo, poderemos aumentar significativamente a prática do esporte, afastando nossas crianças e jovens da ociosidade e dos delitos juvenis, além de fomentar o esporte de base e subsidiar o alto rendimento, fortalecendo desta forma o desenvolvimento de inúmeras modalidades esportivas.

## 6. OBJETIVOS ESPECÍFICOS / ATIVIDADES PREVISTAS E CRONOGRAMAS

Para realizarmos estes eventos, segue abaixo o detalhamento de cada uma das atividades estabelecidas no seguinte cronograma:

<b>Etapas/ Fase</b>	<b>Atividades</b>	<b>Início / Término 2015</b>
01	Estudo de mercado para definir o local do evento	Abril/Junho
02	Definição do local para realização do evento	Abril/Junho
03	Estruturação do Fórum, com estimativa dos recursos previstos	Abril/Junho
04	Aquisições de produtos e serviços para o evento	Abril /Agosto
05	Envio de material de comunicação contendo as informações do evento	Abril/Agosto
06	Realização do evento	Agosto a Setembro

Face ao objetivo primordial deste plano, que será obter uma grande participação de Presidentes e dirigentes sócias dos clubes esportivos e sociais e entidades representativas dos clubes, tendo como objetivo primordial levantar os problemas atuais do segmento, capacitando e debatendo com os presidentes e dirigentes sociais, planejamento estratégico de forma a fomentar as atividades sociais e fortalecer o desenvolvimento esportivo e a melhoria da governança dos clubes, fazemos aqui uma avaliação conjunta do evento / fases das atividades:

### **Estudo de mercado para definir o local do Fórum**

A Comissão Organizadora de eventos da CBC fará uma ampla pesquisa, objetivando minimizar os custos da realização do evento e definirá os hotéis que comportem a estrutura do evento na cidade do Rio de Janeiro, que ofereça as melhores condições e que atendam às necessidades do segmento.

### **Definição do local para realização do Fórum**

O Fórum deverá ser realizado em hotel que tenham estrutura que comportem o evento e que esteja localizado na cidade do Rio de Janeiro/RJ, em razão de 80% dos clubes estarem localizados na região sul e sudeste e destacando que realizaremos um Congresso Brasileiro de Clubes em maio em Santa Catarina e outro em novembro em São Paulo, foi definido esse evento na cidade do Rio de Janeiro para facilitar a participação. A contratação do hotel oficial do evento será feita por intermédio de processo



aquisição: pregão, conforme detalhamos no processo de Aquisições de Produtos e Serviços a seguir.

### **Estruturação do Fórum**

Definido o local, passaremos a elaborar e estruturar todas as atividades do Fórum.

### **Aquisições de produtos e serviços para o Fórum**

A CBC depende da aprovação deste Projeto Básico pelo Ministério do Esporte para providenciar a aquisição dos produtos e serviços para a realização do evento, sendo que os mesmos deverão ser adquiridos pelos procedimentos estipulados para o processo de aquisição, conforme Regulamento de Compras e Contratações da CBC, publicado no DOU no dia 06/08/2013 e disponibilizado no site eletrônico da CBC observando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, isonomia, probidade, finalidade, razoabilidade, proporcionalidade, motivação, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo, eficiência da economicidade, do desenvolvimento nacional sustentável e outros que lhe sejam correlatos, inadmitindo-se critérios que frustrem seu caráter competitivo.

### **Envio de material gráfico de comunicação contendo as informações do Fórum**

Após deliberação das ações iniciais do referido evento, enviaremos os materiais de comunicação, convidando os Presidentes e dirigentes sociais dos clubes esportivos sociais brasileiros para se inscreverem, bem como após a realização do evento comunicaremos o resultado do mesmo.

### **Realização do Fórum**

Com a realização do Fórum Nacional de Presidentes de Clubes, e contando com o apoio da Federação Nacional dos Clubes Esportivos – FENACLUBES temos a convicção da participação maciça de Presidentes e dirigentes sociais dos maiores clubes esportivos sociais.

## **7. METODOLOGIA EMPREGADA**

Todas as atividades serão coordenadas e implantadas pela Comissão Organizadora da CBC.

A Comissão Organizadora da CBC, durante as ações iniciais estabelecerá uma proposta de programação e preparação do Fórum.

O Fórum Nacional de Presidentes de Clubes será divulgado por meio de materiais de comunicação, além do portal oficial no site eletrônico da CBC, estabelecendo um período de inscrição dos participantes, criando mecanismos de multiplicação e motivação para participação entre os Presidentes e dirigentes sociais dos clubes brasileiros e entidades representativas de clubes, fazendo com que os objetivos definidos sejam alcançados.

## **8. AVALIAÇÃO PROCESSUAL**

Este plano foi elaborado a partir da constatação de que a atividade preponderante desenvolvida pelos clubes está relacionada diretamente ao esporte. Sabe-se que da mesma forma que nos Estados Unidos e em outros países, bem mais desenvolvidos no esporte, as escolas são o berço da maioria dos grandes campeões mundiais e olímpicos, em outros poucos países totalitários, o estado é que se responsabiliza

por essa nata desportiva. Já no Brasil os clubes esportivos sociais é que servem de nascedouro dos melhores atletas na grande maioria das modalidades, sendo a partir de 2011, reconhecidos pela Nova Lei Pelé (Lei 9.615/98) como integrantes no subsistema específico do Sistema Nacional do Desporto.

Baseados nesta constatação, a CBC realiza este Projeto, para disponibilizar aos clubes esportivos sociais de todo o Brasil, um evento de capacitação para os Presidentes e dirigentes sociais dos clubes esportivos e sociais e entidades representativas dos clubes.

Dentro desta filosofia, elaboramos o referido evento, visando incentivar a formação esportiva, fazendo com que os clubes esportivos sociais retomem sua principal missão no esporte.

## 9. RESULTADOS ESPERADOS

Sintetizamos aqui nossa avaliação dos resultados esperados e de impacto para realização do Fórum:

Desenvolver o Fórum Nacional de Presidentes de Clubes com o apoio da Federação Nacional dos Clubes Esportivos – FENACLUBES, tendo como objeto levantar os problemas atuais do segmento, capacitando e debatendo com os presidentes e dirigentes sociais, planejamento estratégico de forma a fomentar as atividades sociais e fortalecer o desenvolvimento esportivo e a melhoria da governança dos clubes, possibilitará a participação de aproximadamente 400 Presidentes e dirigentes sociais diretamente ligados a governança do alto rendimento nos clubes.

## 10. ORÇAMENTO DO PROJETO

As estimativas de valores do orçamento foram estabelecidas por intermédio do número de participantes e do preço unitário em cada item, conforme estudo de mercado realizado no mês de abril de 2015:

Fase / Meta	Especificação do evento	Solicitado Concedente	Total
01	FÓRUM NACIONAL DE PRESIDENTES DE CLUBES	534.373,20	534.373,20
	<b>TOTAL GERAL DO ORÇAMENTO DO EVENTO</b>		<b>534.373,20</b>

Fase/ Meta	FÓRUM NACIONAL DE PRESIDENTES DE CLUBES		TOTAL
	Especificação das atividades	Solicitado Concedente	
<b>1</b>	<b>HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO (*)</b>		
	1.1 – Hospedagem com café da manhã e salões	279.328,00	279.328,00
	1.2 – Alimentação (refeições, coffe brak e água)	142.232,00	142.232,00
	<b>TOTAL ITEM 01</b>	<b>421.560,00</b>	<b>421.560,00</b>
<b>2</b>	<b>TRANSPORTE</b>		
	2.1 - Translados para organização	8.519,88	8.519,88
	<b>TOTAL ITEM 02</b>	<b>8.519,88</b>	<b>8.519,88</b>
<b>3</b>	<b>OUTRAS DESPESAS</b>		
	3.1 - Serviços de Áudio Visuais e Outros:		
	✓ Equipamentos áudio visuais	51.800,00	51.800,00
	✓ Filmagem e iluminação	22.200,00	22.200,00
	✓ Equipamentos de informática	11.500,00	11.500,00
	✓ Banners e material de sinalização	6.500,00	6.500,00
	3.2 - Frete de materiais	4.490,00	4.490,00
	3.3 - Fotógrafo	2.550,00	2.550,00
	3.4 - Serviços de recepção	653,32	653,32
	3.5 - Serviços - Mestre de cerimônias	1.600,00	1.600,00
	3.6 - Publicação: Aviso de Edital, Resultado de Julgamento e Extrato de Contrato dos pregões	3.000,00	3.000,00
	<b>TOTAL ITEM 03</b>	<b>104.293,32</b>	<b>104.293,32</b>
	<b>TOTAL GERAL DO EVENTO (itens 1 a 3)</b>		<b>534.373,20</b>

(\*) Na hospedagem e alimentação do Hotel está inclusa no valor a quantidade do Centro de Convenções, com toda a estrutura para realização das plenárias, painéis de debates e palestras.



## 11. EQUIPE TÉCNICA

A Comissão Organizadora terá a coordenação do Sr. Edson Garcia, profissional de larga experiência no segmento clubístico, além dos dirigentes e funcionárias da CBC:

Nome	Função
Ângela Maria Cruz Reis da Silva	Assistente Administrativo II
Arialdo Boscolo	Presidente do Conselho Consultivo
Delvair Rodrigues Trindade	Supervisor Administrativo Financeiro
Edson Garcia	Superintendente/Coordenador
Euro Dante Palomba Duarte	Analista de Comunicação I
Fátima Ap. Silva da Costa Jacintho	Analista Financeiro I
Fernando Manuel de Matos Cruz	Diretor de Formação de Atletas Olímpicos e Paraolímpicos
Jair Alfredo Pereira	Presidente da Diretoria
Juçara dos Reis Marques	Assistente Administrativo II
Lars Graef	Diretor Técnico
Priscila Pires da Silveira Moraes	Analista de Eventos I
Tatiany de Mello Mocaldo	Coordenadora de Comunicação
Wladmyr Vinycius de Moraes Camargos	Diretor Jurídico

## 12. PROGRAMAÇÃO PREVISTA DO FÓRUM

### FÓRUM NACIONAL DE PRESIDENTES DE CLUBES

#### Sábado

- 10h00 - *Abertura do credenciamento*
- 11h00 - *Abertura do evento*
- 12h00 - *Almoço*
- 13h00 - *Palestra técnica*
- 15h30 - *Mesa de Debates sobre temas em comuns entre os clubes*
- 19h30 - *Jantar*

#### Domingo

- 09h30 - *Mesa de Debates com os Presidentes da CBC e FENACLUBES*
- 11h30 - *Avaliação dos Presidentes*
- 12h00 - *Encerramento das atividades*

## 13. PALESTRANTES E CONFERENCISTAS PREVISTOS PARA O FÓRUM

A seleção dos palestrantes foi realizada procurando-se observar a experiência dos mesmos no segmento clubístico e no cenário esportivo nacional. Destacamos também que se trata de uma **Programação Prevista**, pois os temas poderão ser alterados e, por consequência, os respectivos palestrantes, em função do surgimento de assuntos de relevância para o segmento e para o desenvolvimento do esporte nacional:

**Lars Grael:**

Velejador brasileiro, medalhista de bronze em dois Jogos Olímpicos: Seul 1988 e Atlanta 1996. Todas elas na classe Tornado. Ocupou cargos de relevância na área privada e pública, nacional e internacional, inclusive como Secretário Nacional de Esporte do Ministério do Esporte e Turismo. Atualmente Diretor Técnico da CBC.

**Palestra**

**Wladimir Vinycius de Moraes Camargos:**

Advogado na área de Direito Desportivo e Diretor Jurídico da Confederação Brasileira de Clubes, é professor da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás, onde coordena o Centro Brasileiro de Estudos em Direito Desportivo; mestre e doutorando em Direito; ex-Consultor Jurídico do Ministério do Esporte, onde atuou como relator da Comissão que elaborou o anteprojeto de regulamentação da Lei Geral do Desporto que resultou no Decreto n. 7984, de 2013. Integrou o Grupo de Trabalho do Ministério da Justiça que redigiu o anteprojeto de lei que reformou o Estatuto do Torcedor (Portaria MJ N. 1.195/2008). Atualmente Diretor Jurídico da CBC.

**Palestra**

**Jair Alfredo Pereira:**

Presidente da Confederação Brasileira de Clubes – CBC.

**Mesa de Debates**

**Arialdo Boscolo:**

Presidente da Federação Nacional dos Clubes Esportivos – FENACLUBES e membro do Conselho Nacional do Esporte - CNE

**Mesa de Debates**

#### 14. COMUNICAÇÃO DO PROJETO

Contamos com uma assessoria de imprensa, cabendo à mesma a elaboração dos releases e de todo o material de comunicação deste plano, dando conhecimento de nossas ações aos clubes esportivos sociais, às autoridades governamentais e a sociedade em geral.

Registramos que em todas as matérias, assim como em todo o material de comunicação, destacaremos a marca do Ministério do Esporte e do Governo Federal vigente, conforme modelo abaixo:

Ministério do  
**Esporte**



#### 15. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

Etapa / Fase	Atividades: Eventos	Períodos	
		Início	Término
01	Comunicação	Abril	Agosto
02	Aquisição de produtos, contratação de serviços e outras despesas dos eventos	Abril	Agosto

Campinas, 24 de abril de 2015.



Jair Alfredo Pereira - Presidente



## **ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**

### **CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE CLUBES – CBC**

**Ref.: CONVITE NLP Nº 009/2015**

Apresentamos nossa Proposta de Preços, em 01 (uma) via, para a prestação de serviços técnicos especializados de auditoria independente sobre as demonstrações contábeis da CBC, referentes ao exercício social a se encerrar em 31/12/2015, contemplando as atividades e descrições informadas abaixo e no Termo de Referência/Memorial que integram o **EDITAL**, consistidos nos seguintes dados e valores :

Item 1. - Prestação de Serviços de Auditoria e emissão de Parecer sobre as Demonstrações Contábeis e Financeiras do exercício relativo ao período de 01/01/2015 a 31/12/2015, sendo um fechamento/parecer em relação aos saldos existentes na data base de 30/06/2015 (fechamento semestral) e outro em relação aos saldos existentes na data base de 31/12/2015 (encerramento do exercício);

Item 2. - Auditoria e emissão de Parecer sobre os procedimentos adotados em relação aos dois eventos denominados “Congresso Brasileiro de Clubes” e do evento denominado “Fórum de Presidente de Clubes”, e sobre as contas prestadas pela CBC quanto aos recursos públicos despendidos nessas atividades observando as especificações que constam dos Projetos Básicos aprovados pelo Ministério do Esporte, os quais fazem parte do Termo de Referência e Memorial Descritivo anexos ao Edital;

Item 3. - Serviços de Auditoria e emissão de Parecer sobre as atividades do Departamento de Recursos Humanos, realizando avaliação na área trabalhista e verificando os controles internos, critérios e procedimentos utilizados, em consonância ao disposto na Legislação Trabalhista vigente, inclusive cálculo, registro e recolhimento de obrigações sociais.

- I) O preço total da Proposta para a execução dos serviços é de R\$ **[o]** (**[o]** valor por extenso), conforme valores individuais por item, informados no quadro abaixo:

ITEM DOS SERVIÇOS	VALOR DOS SERVIÇOS
Item 1.	R\$
Item 2.	R\$
Item 3.	R\$
<b>TOTAL GERAL DA PROPOSTA</b>	<b>R\$</b>

- II) O prazo de execução se iniciará em até 05 (cinco) dias da data da assinatura do contrato, para início da prestação dos serviços;
- III) O prazo de validade de nossa proposta é de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data para a entrega do Envelope de Documentos;

**IV) Declaramos que no preço global apresentado estão incluídos:**

- a) os valores dos materiais, mão-de-obra, equipamentos e afins fornecidos, acrescidos de todos os respectivos encargos sociais;
- b) todos os tributos, encargos trabalhista, previdenciários, fiscais e comerciais, prêmios de seguro, bem como demais encargos, se exigidos na forma da lei, tais como horas extras e adicionais noturnos de profissionais, auxílio-alimentação, transporte, inclusive sob a forma auxílio-transporte, transporte local, etc.;
- c) despesas e obrigações financeira de qualquer natureza;
- d) quaisquer outras despesas, diretas ou indiretas, enfim, todos os componentes de custo dos produtos, necessários à perfeita satisfação do objeto deste Convite, inclusive as despesas operacionais de viagens, estadias e refeições para préstimos de serviços na sede da CBC.
- e) Para efeito dos tributos, a empresa participante declara que esta ciente e concorda com os termos da Cláusula Sexta, § 5º, da minuta do Contrato, Anexo III, do Edital.

**V) Declaramos conhecer integralmente os termos do presente Convite e seus respectivos Anexos, aos quais nos sujeitamos.**

**VI) Dados da Empresa ou do profissional (conforme o caso):**

CNPJ/MF nº [o]  
Inscrição Municipal [o] Município [o]  
Endereço [o] CEP [o]  
Telefone [o] FAX [o]  
Nº da conta corrente [o] Banco [o] Agência [o]  
Praça [o] para fins de pagamento

Local e data,

---

Nome, cargo e assinatura do representante Legal

### ANEXO III – MINUTA DE CONTRATO

**CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE CLUBES – CBC**

Ref.: CONVITE NLP Nº 009/2015

***Termo de Contrato que entre si celebram a  
CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE  
CLUBES - CBC e a [•].***

#### CONVITE NLP Nº 009/2015

Aos [•] dias do mês de [•] do ano de 2015, a CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE CLUBES – CBC, sediada a Rua Açaí, 566, Bairro das Palmeiras, CEP 13092-587, em Campinas/SP, CNPJ 00.172.849/0001-42, neste ato representada nos termos do seu Estatuto Social, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa [•], endereço [•], CNPJ [•], neste ato representado pelo Sr. [•], RG. \_\_\_\_\_, CPF. \_\_\_\_\_, doravante denominada **CONTRATADA**, adjudicatária do objeto do Convite em epígrafe, têm entre si justo e contratado, nos termos do que determina o REGULAMENTO DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES DA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE CLUBES – CBC, e que obedecidas as disposições contidas no Edital e seus anexos, aos quais se vincula o presente instrumento, o que se segue:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A **CONTRATADA** na qualidade de adjudicatária do CONVITE NLP Nº 009/2015, sob o regime de **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, obriga-se a cumprir o estabelecido neste instrumento contratual, o qual tem por objeto a **prestação de serviços de:**

- 1.1 Serviços de Auditoria e emissão de Parecer sobre as Demonstrações Contábeis e Financeiras da CBC, referente ao exercício de 01/01/2015 a 31/12/2015; sendo um fechamento/parecer em relação aos saldos existentes na data base de 30/06/2015 (fechamento semestral) e outro em relação aos saldos existentes na data base de 31/12/2015 (encerramento do exercício), em conformidade com os critérios e procedimentos técnicos estabelecidos pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade, pelo IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil e pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários, com a apresentação do relatório e Parecer dos Auditores Independentes para efeito de publicação no Diário Oficial da União ao final do exercício.
- 1.2 Auditoria e emissão de Parecer sobre os procedimentos adotados em relação aos dois eventos denominados “Congresso Brasileiro de Clubes”, e do evento denominado “Fórum de Presidente de Clubes”, e sobre as contas prestadas pela CBC quanto aos recursos públicos despendidos nessas atividades, observando as seguintes especificações, conforme projetos básicos aprovados pelo Ministério do Esporte e que fazem parte do Edital, compreendendo:



- 1.2.1 Acompanhamento da execução e exame mensal de auditoria conduzido em todas as documentações das prestações de contas dos eventos, observando as legislações vigentes sobre a prestação de contas de verbas públicas e as orientações do Ministério do Esporte, de acordo com a Lei nº 11.345 de 14/09/2006 e Decreto nº 6.187 de 14/08/2007, para os Projetos Básicos aprovados com repasse das verbas da loteria Timemania conforme Anexo I-A e Anexo I-B, além das disposições referentes a compras e contratações constantes do Regulamento de Compras e Contratações da CBC;
  - 1.2.2 Identificar a ocorrência de atos voluntários de omissão e manipulação de transações, adulteração de documentos e registros, e atos involuntários de omissão, desatenção, desconhecimento ou má interpretação de fatos;
  - 1.2.3 Emissão de relatório mensal preliminar dos eventos contendo comentários sobre o processo, que serão discutidos previamente com os responsáveis da CBC;
  - 1.2.4 Apresentação do “Parecer da Auditoria”, sobre a prestação de contas dos eventos;
  - 1.2.5 Apresentar o “Demonstrativo da Movimentação da Verba – Loteria Timemania” durante o ano, para publicação no Diário Oficial da União.
- 1.3 Serviços de Auditoria e emissão de Parecer sobre as atividades do Departamento de Recursos Humanos, realizando avaliação na área trabalhista e verificando os controles internos, critérios e procedimentos utilizados, em consonância ao disposto na Legislação Trabalhista vigente, inclusive cálculo, registro e recolhimento de obrigações sociais.

Tudo em conformidade com as descrições e especificações contidas no ANEXO I – MEMORIAL DESCRITIVO / ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS (Anexo I, Anexo I-A e Anexo I-B do Edital), bem como às demais disposições da respectiva Proposta Comercial que, para todos os efeitos, ficam fazendo parte integrante deste instrumento contratual, vinculando-se totalmente a este.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

2.1 São obrigações da **CONTRATADA**, além de outras fixadas neste contrato, no Edital e respectivo Anexos, as seguintes condições:

- a) manter, durante todo o prazo de vigência deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de qualificação e habilitação exigidas no respectivo procedimento processo de aquisição, comprovando-as quando solicitado pela **CONTRATANTE**;
- b) cumprir rigorosamente o objeto da presente avença de acordo com o Edital e seus Anexos, Proposta Comercial e Termos deste Contrato, na estrita observância da legislação pertinente em vigor;
- c) resguardar o sigilo dos dados e documentos que lhe forem confiados para o desempenho dos serviços ora contratados, ou que vier a ter acesso, direta ou indiretamente, durante a execução do objeto, devendo orientar os seus profissionais envolvidos a cumprir esta obrigação. Não divulgar quaisquer dados, conhecimentos e resultados decorrentes da

execução do objeto deste CONTRATO, sem prévia e expressa autorização da CONTRATANTE;

- d) fornecer, as suas expensas, todos os materiais, mão-de-obra e equipamentos necessários à execução dos serviços.
- e) comunicar a imposição de qualquer penalidade que acarrete o impedimento de contratar com a CONTRATANTE, bem como a eventual perda dos pressupostos para a processo de aquisição;
- f) pagar todos os encargos e tributos, que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto deste CONTRATO, podendo a CONTRATANTE, a qualquer momento, exigir da CONTRATADA a comprovação de sua regularidade;
- g) designar 01 (um) preposto como responsável pelo CONTRATO firmado com a CONTRATANTE, para participar de eventuais reuniões e ser o interlocutor da CONTRATADA, zelando pelo fiel cumprimento das obrigações previstas neste Instrumento;
- h) não se valer do CONTRATO para assumir obrigações perante terceiros, dando-o como garantia, nem utilizar os direitos de crédito, a serem auferidos em função dos serviços prestados, em quaisquer operações de desconto bancário, sem a prévia autorização da CONTRATANTE.

§ Primeiro: É admitida a cessão contratual somente nas hipóteses em que a CONTRATADA realizar as operações societária de fusão, cisão ou incorporação, condicionada a aquiescência prévia da CONTRATANTE, que analisará eventuais riscos ou prejuízos decorrentes de tal alteração contratual; e a manutenção de todas as condições contratuais e requisitos de habilitação originais

§ Segundo: Caso ocorra a cessão contratual admitida no Parágrafo anterior, o cessionário assumirá integralmente a posição do cedente, passando a ser responsável pela execução do presente CONTRATO, fazendo jus, por conseguinte, ao recebimento dos créditos dele decorrentes.

- i) responsabilizar-se pelos serviços prestados para a execução do objeto deste CONTRATO, obrigando-se a reparar, exclusivamente às suas custas e dentro dos prazos estabelecidos, todos os defeitos, erros, falhas, omissões e quaisquer outras irregularidades verificadas na execução dos mesmos, que possam ser atribuídas exclusivamente por dolo ou culpa à CONTRATADA;
- j) responsabilizar-se integralmente por multas e penalidades impostas pela fiscalização do Ministério do Trabalho e Previdência Social e/ou outros órgãos públicos federais, estaduais e/ou municipais a que der causa em razão deste Contrato e/ou de sua execução;
- k) atender, na execução deste Contrato, o que determinam as Leis Federais, Estaduais e Municipais, relativas a trânsito, seguros, obrigações trabalhistas e previdenciárias, acidentes do trabalho, inclusive as decorrentes de acidentes, indenizações, multas, seguros, pagamentos a fornecedores diretos, normas de saúde pública e regulamentadoras do trabalho, segurança e saúde ocupacional e as demais legislações aplicáveis (inclusive fornecendo os equipamentos de proteção individual que se fizerem necessários), correndo, por sua conta e responsabilidade exclusivas, todas as obrigações que estejam

exclusivamente sob sua responsabilidade, inclusive fiscais ou parafiscais, daí decorrentes, desde que tenham como escopo este instrumento, assim como pelo cumprimento de todas as demais obrigações atinentes ao presente contrato.

- l) assumir, a título exclusivo, as condições de empregador, patrão ou empresário, no que diz respeito às pessoas que sejam contratadas para o cumprimento deste Contrato, não havendo vinculação de ordem trabalhista entre os empregados ou prepostos da CONTRATADA com a CONTRATANTE;
- m) excluir de imediato a CONTRATANTE de todo e qualquer processo judicial ou administrativo que seja ajuizado/instaurado por empregado ou quaisquer outros profissionais da CONTRATADA, terceiros ou órgão governamental em razão deste Contrato e/ou de sua execução, isentando a CONTRATANTE de qualquer ônus ou responsabilidade;
- n) a CONTRATADA será a única e exclusiva responsável pela integral execução do presente Contrato, perante a CONTRATANTE, independentemente da fiscalização exercida pela CONTRATANTE;
- o) a CONTRATANTE poderá reter e ou descontar de todo e qualquer crédito da CONTRATADA o montante necessário para o cumprimento das obrigações previstas no item acima, se a CONTRATANTE for envolvida em alguma autuação ou processo concernente a mesma.
- p) a CONTRATADA obriga-se por si, seus empregados, sócios, diretores e mandatários a manter total sigilo e confidencialidade sobre os serviços prestados, no que se refere a não divulgação, integral ou parcial, por qualquer forma, das informações ou dos documentos a eles relativos e decorrentes da execução dos serviços, a não ser por força de fiscalização estadual ou municipal, e, somente depois da ciência da CONTRATANTE.
- q) a CONTRATADA obriga-se a tratar como matéria sigilosa, todos os pormenores técnicos e comerciais deste CONTRATO, informações comerciais, industriais, empresariais e financeiras, bem como "know-how" e outros dados que venha a ter acesso, obrigando-se, ainda, a deles não se utilizar, nem possibilitar que terceiros deles tomem conhecimento ou se utilizem, sem a prévia e expressa aprovação da CONTRATANTE, sob pena de ressarcir integralmente a CONTRATANTE de todo e qualquer prejuízo decorrente de sua divulgação ou uso indevido.
- r) a CONTRATADA obriga-se a não fazer qualquer menção do nome da CONTRATANTE ou de cliente desta para fins de publicidade, nem divulgar os termos deste contrato ou os fatos a ele relativos, sem a prévia e escrita aprovação pela CONTRATANTE.
- s) A CONTRATADA responsabiliza-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente. Os serviços que serão objeto da contratação deverão ser realizados por profissionais selecionados em procedimento adequado às atividades que serão desempenhadas, compondo quadro de pessoal habilitado e treinado para a prestação dos serviços.
- t) A CONTRATADA, na execução do CONTRATO, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, não poderá subcontratar, no todo ou em parte, o objeto do presente CONTRATO.



- u) A CONTRATADA obriga-se a reparar, corrigir ou substituir imediatamente, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto contratado, quando se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- v) A CONTRATADA observará a proibição contida no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, quanto à proibição do trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos, e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

3.1 São obrigações da **CONTRATANTE**, além de outras fixadas neste instrumento contratual e no respectivo Edital, as seguintes:

- a. Assegurar à **CONTRATADA** o recebimento dos créditos decorrentes do adimplemento de suas obrigações;
- b. Colocar à disposição da **CONTRATADA** todas as informações necessárias à perfeita execução dos serviços objeto deste CONTRATO.
- c. Encaminhar, mensalmente, a cópia autêntica de todos os documentos referente à execução do Projeto Básico dos eventos de 2015, para análise e acompanhamento da prestação de contas, conforme Anexos I-A e I-B do Edital.
- d. Fiscalizar a observância das disposições deste CONTRATO, a fim de assegurar seu correto e tempestivo cumprimento, sem prejuízo dos procedimentos do controle exercidos pela CONTRATADA;
- e. Comunicar por escrito à CONTRATADA as deficiências verificadas pela fiscalização, que serão imediatamente corrigidas, sem prejuízo da aplicação das penalidades administrativas previstas.
- f. Devolver à CONTRATADA a(s) nota(s) fiscal(ais)/fatura(s) contendo incorreções com as razões da devolução, por escrito, para as devidas retificações. A devolução de nota(s) fiscal(ais) fatura(s) não aprovada pelo CONTRATANTE, em hipótese alguma servirá de motivo para que a CONTRATADA suspenda ou atrase a execução dos serviços.
- g. Alterar, quando conveniente, o Gestor do CONTRATO, mediante comunicação escrita à CONTRATADA;
- h. Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas no presente instrumento contratual
- i. Comunicar à CONTRATADA, por escrito:
  - i.1 - quaisquer instruções ou procedimentos sobre assuntos relacionados ao CONTRATO;
  - i.2 - a abertura de procedimento para a apuração de condutas irregulares da CONTRATADA, concedendo-lhe prazo para defesa; e
  - i.3 - a aplicação de eventual penalidade, nos termos deste CONTRATO;

#### **CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO**

4.1 O prazo de execução do objeto do presente processo de aquisição será conforme definido no Anexo I do Edital e que faz parte integrante deste Contrato, tendo até 05 (cinco) dias, contando da data da assinatura do contrato, para o início da prestação dos serviços.

§ 1º - O prazo do contrato estará adstrito ao período compreendido entre a data da assinatura do contrato até o pagamento final, conforme a Cláusula Sexta abaixo.

§ 2º - A prestação de serviços, objeto do presente Contrato, será acompanhada e fiscalizada por funcionário da Gerência Administrativa e Financeira da **CONTRATANTE**, de acordo com a Cláusula Oitava do presente Contrato – que anotarà em registro próprio qualquer ocorrência havida que esteja em desacordo com os termos do ato convocatório, seus Anexos ou deste instrumento contratual, determinando, em decorrência disto, o que for necessário à regularização das falhas observadas.

§ 3º - A prestação dos serviços deverá ser iniciada no prazo máximo de 05 (cinco) dias após a data de assinatura deste Contrato, e o término do contrato dar-se-á após o período de 12 (doze) meses.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

5.1 Qualquer alteração contratual deverá observar o disposto no artigo 46 e 47 do Regulamento de Compras e Contratações da Confederação Brasileira de Clubes – CBC.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO, DO ELEMENTO ECONÔMICO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

6.1 O preço total do objeto enunciado na Cláusula Primeira deste ajuste é de R\$ [●] ([●] Reais). A **CONTRATANTE** efetuará o pagamento de forma parcelada de acordo com os critérios estabelecidos no Edital e seus anexos, e o pagamento dar-se-á no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do dia da protocolização dos documentos de cobrança, e entrega dos Relatórios ou Parecer de Auditoria dos Objetos, acompanhado das certidões Federal, Municipal e do FGTS atualizadas.

§ 1º - Ocorrendo atraso no pagamento, e desde que para tal não tenha concorrido de alguma forma por culpa da **CONTRATADA**, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M, publicado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV.

§ 2º - O requerimento de pagamento, bem como os documentos de cobrança da **CONTRATADA**, deverão ser entregues na sede da **CONTRATANTE**.

§ 3º - Nas Notas Fiscais emitidas, deverá conter de forma sucinta a descrição dos "Serviços de auditoria realizados", bem como a menção a cada etapa de trabalho do objeto contratado.

§ 4º - Para efeito do imposto (ISS) incidente sobre a nota fiscal, deverão ser consideradas as seguintes condições:

I – De acordo com a Instrução Normativa DRM/GP nº 001 do município de Campinas, onde se encontra a sede da Confederação Brasileira de Clubes, a empresa estabelecida fora deste município deverá se cadastrar no CENE, caso esteja inserida na Tabela I do anexo II da referida Instrução Normativa. Caso não seja feito o cadastro o ISS (5% do valor da nota), será descontado do pagamento.

II – Conforme o artigo 2º da Lei Complementar 116: o imposto não incide sobre a prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membros de conselho consultivo ou de conselho fiscal de sociedades e fundações, bem como dos sócios-gerentes e dos gerentes-delegados.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES PARA A CONTRATAÇÃO**

7.1 A **CONTRATADA** exhibe, neste ato, a certidão conjunta da Secretaria da Receita federal e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional; a certidão Municipal, mediante a Certidão de Tributos Mobiliários – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – Municipais (ISSQN), e a do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), com a apresentação do certificado expedido pela Caixa Econômica Federal, com prazo de validade em vigor, que demonstrem sua regularidade no cumprimento dos encargos estabelecidos em lei, obrigando-se a atualizá-las sempre que se vencerem no prazo de execução deste Contrato, como condição para liberação do respectivo pagamento.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO**

8.1 A fiscalização da execução do contrato será exercida por agente do **CONTRATANTE**, devidamente designado para tanto, ao qual competirá velar pela perfeita exatidão do pactuado, em conformidade com o previsto no edital e na proposta da **CONTRATADA**. Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na execução do contrato, o agente fiscalizador dará ciência ao **CONTRATANTE** do sucedido, fazendo-o por escrito, bem assim das providências exigidas da **CONTRATADA** para sanar a falha ou defeito apontado.

#### **CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES**

9.1 O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência da **CONTRATADA**, sujeitando-a, além das penalidades previstas no art. 50 e seguintes do Regulamento de Compras e Contratações da Confederação Brasileira de Clubes – CBC, às seguintes penalidades:

9.2 - O descumprimento das condições técnicas, comerciais ou jurídicas estabelecidas no edital, proposta comercial e contrato caracterizarão o descumprimento das obrigações assumidas e poderá acarretar ao participante as seguintes penalidades, previstas no instrumento convocatório:

I - Advertência que será aplicada sempre por escrito;

II - Multa, nos seguintes percentuais:

a) multa no importe de 0,1% (um décimo por cento) do valor devido sobre a prestação dos serviços, por dia de atraso na entrega;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato ou da parcela, no caso de atraso superior a trinta dias, podendo ainda ser rescindido o contrato e aplicadas outras penalidades.



III - suspensão temporária para participar dos processos seletivos da **CONTRATANTE** e de suas entidades filiadas e, por consequência, de contratar com a mesma, pelo prazo mínimo de 6 (seis) meses e máximo de 24 (vinte e quatro) meses, nas condições estabelecidas no instrumento convocatório.

§ 1º - As sanções previstas nesta Cláusula poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração, facultada ampla defesa à **CONTRATADA**, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato, sem prejuízo da rescisão do ajuste por ato unilateral da **CONTRATANTE** e demais disposições dos artigos 48 e seguintes do RCC da CBC.

§ 2º - Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

§ 3º - As partes não serão responsabilizadas pela inexecução contratual, incluídos eventuais atrasos, decorrentes de eventos configuradores de força maior ou caso fortuito, como tais caracterizados em lei civil.

### 9.3 - Das Multas

9.3.1 - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar, aceitar ou retirar o contrato, dentro do prazo estabelecido pela **CONTRATANTE**, ensejará a multa correspondente a 20% do valor do ajuste ou, a critério da **CONTRATANTE**, multa correspondente à diferença do preço resultante de nova aquisição para realização da obrigação não cumprida, prevalecendo a de maior valor.

9.3.2 - A inexecução total do ajuste ensejará a aplicação de multa de 30% do valor do ajuste ou, a critério da **CONTRATANTE**, multa correspondente à diferença do preço resultante de nova aquisição para realização da obrigação não cumprida, prevalecendo a de maior valor.

9.3.3 - A inexecução parcial do ajuste ensejará a aplicação de multa de 20% calculada sobre o valor dos materiais não entregues ou serviços não executados ou, a critério da **CONTRATANTE**, multa correspondente à diferença do preço, resultante da nova aquisição, referente à parcela da obrigação não cumprida, prevalecendo a de maior valor.

9.3.4 - O atraso superior a 10 (dez) dias será considerado inexecução parcial ou total do ajuste, conforme o caso.

9.3.5 - Nos casos de materiais não entregues, o atraso será contado a partir do 1º dia útil subsequente ao término do prazo estabelecido para a entrega.

9.3.6 - Nos casos de materiais entregues e não aceitos, o atraso será contado a partir do 1º dia útil subsequente ao prazo estabelecido para a nova entrega.

9.3.7 - Configurado o descumprimento da obrigação contratual, será a contratada notificada da infração e da penalidade correspondente, para apresentar defesa no prazo de 5 dias úteis contados do 1º dia útil subsequente ao recebimento da notificação.

9.3.8 - Recebida a defesa, a autoridade competente deverá manifestar-se motivadamente sobre o acolhimento ou rejeição das razões apresentadas, para concluir pela imposição ou não da penalidade.

9.3.9 - No caso de aplicação de quaisquer das sanções, a(s) mesma(s) deverá(ão) ser publicada(s) no sítio eletrônico da CBC e notificado ao interessado.

9.3.10 - O valor correspondente à multa, após o devido procedimento em que tenha sido assegurado o direito da ampla defesa à contratada, será descontado do primeiro pagamento subsequente devido à **CONTRATADA** decorrente de execução contratual e no caso de não haver pagamentos pendentes à contratada, o valor da multa deverá ser recolhido à **CONTRATANTE**, por meio de depósito bancário, no prazo de até 05 dias contados da publicação da multa no sítio eletrônico da **CONTRATANTE** e notificado ao interessado ou, caso o contrato tenha exigido garantia, o valor da multa será descontado da garantia prestada.

9.4 - As sanções previstas nesta Cláusula poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração, facultada ampla defesa à **CONTRATADA**, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

9.5 - As partes não serão responsabilizadas pela inexecução contratual, incluídos eventuais atrasos, decorrentes de eventos configuradores de força maior ou caso fortuito, como tais caracterizados em lei civil.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DOS ENCARGOS**

10.1 - Os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, de transportes e seguro, inclusive aqueles relativos a impostos e taxas, inclusive de administração, são de inteira responsabilidade da **CONTRATADA**, bem como despesas e obrigações financeiras de qualquer natureza, despesas operacionais com frete e entrega, o valor dos materiais, matérias-primas, mão-de-obra, inclusive horas extras e adicionais noturnos de profissionais, auxílio alimentação, auxílio transporte e transporte local, sendo que sua inadimplência, com relação a tais encargos, não transfere à **CONTRATANTE** o ônus pelo seu pagamento, não podendo onerar a presente avença.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

11.1 - O presente contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 49 do Regulamento de Compras e Contratações da Confederação Brasileira de Clubes – CBC., transcrito abaixo:

*“Art. 49 – O inadimplemento parcial ou total das obrigações contratuais assumidas dará ao contratante direito de rescindir unilateralmente o contrato, sem prejuízo de outras penalidades previstas no instrumento convocatório ou no contrato, inclusive a do Art. 50 – III “*

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DESCONTOS**

12.1 - Os valores de quaisquer indenizações, bem como das multas aplicadas pela **CONTRATANTE**, poderão ser descontadas do pagamento devido à **CONTRATADA**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

13.1 - A execução deste contrato será disciplinada pelo REGULAMENTO DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES DA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE CLUBES – CBC, sendo regulado por princípios de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios de teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL**

14.1 - O prazo de vigência deste instrumento terá início na assinatura do contrato e término após a execução de todos os serviços constantes do Anexo I, nos termos do disposto na Cláusula Quarta do presente CONTRATO.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ORIGEM DOS RECURSOS**

15.1 - As despesas decorrentes da execução deste Contrato correrão à conta de recursos destinados as despesas administrativas, de acordo com a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, e regulamentada pelo Decreto 7.984 de 08 de abril de 2013 – Nova Lei Pelé.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO**

16.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Campinas por mais privilegiado que outro seja, para conhecer e dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato.

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual forma e teor, na presença das testemunhas abaixo qualificadas para os devidos fins de direito.

**Campinas, [●] de [●] de 2015.**

\_\_\_\_\_  
**CONTRATANTE**

\_\_\_\_\_  
**CONTRATADA**

**TESTEMUNHAS:**

\_\_\_\_\_  
**Da Contratante**

\_\_\_\_\_  
**Da Contratada**



**ANEXO IV – Declaração de Cumprimento no Disposto do Inciso XXXIII do Artigo 7º, da  
Constituição Federal.**

À  
**CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE CLUBES – CBC**  
Ref.: CONVITE Nº 009/2015

Eu (nome completo), representante legal da empresa (nome da pessoa jurídica), interessada em participar do processo de aquisição, modalidade Convite NLP nº 009/2015, declaro, sob as penas da lei, que a (nome da pessoa jurídica) encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

[•],[•] de [•] de 2015

---

Representante legal  
(com carimbo da empresa)

**ANEXO V – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO**

À  
**CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE CLUBES – CBC**  
Ref.: CONVITE Nº 009/2015

Eu (nome completo), representante legal da empresa (nome da pessoa jurídica), interessada em participar do processo de aquisição, modalidade Convite NLP nº 008 / 2015, declaro, sob as penas da lei, que inexistente fato impeditivo à habilitação.

[•], [•] de [•] de 2015

---

Representante legal  
(com carimbo da empresa)

**ANEXO VI – MODELO DE PROCURAÇÃO**

**CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE CLUBES – CBC**

**Ref.: CONVITE N° NLP 009/2015**

A (nome da empresa), CNPJ n.º [●], com sede à [●], neste ato representada pelo(s) (diretores ou sócios, com qualificação completa – nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço) pelo presente instrumento de mandato, nomeia e constitui, seu(s) Procurador(es) o Senhor(es) (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), a quem confere(m) amplos poderes para junto à CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE CLUBES - CBC praticar os atos necessários para representar a outorgante no processo de aquisição na modalidade de CONVITE NLP N° 009/2015, usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para desistir de recursos, interpô-los, apresentar lances verbais, negociar preços e demais condições, confessar, transigir, desistir, firmar compromissos, declarações ou acordos, podendo ainda, substabelecer esta para outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom firme e valioso.

[local], [●] de [●] de 2015

---

(Assinatura do representante Legal e do procurador com firma reconhecida, carimbo da empresa e preferencialmente formulário da empresa)

**(Este documento deverá estar fora do envelope, juntamente com o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, que comprove os poderes do outorgante da procuração).**



**ANEXO VII – DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

**CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE CLUBES – CBC**

**Ref.: CONVITE NLP Nº 009/2015**

**[Local], [•] de [•] de 2015**

A empresa [•], com sede na [•], nº [•], Bairro [•], na Cidade de [•], inscrito no CNPJ/MF sob o nº [•], por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) [•], portador da Carteira de Identidade RG nº[•] e do CPF nº [•], **DECLARA**, para fins legais ser microempresa/empresa de pequeno porte, nos termos da legislação vigente, e que deseja fazer uso dos benefícios que lhe são conferidos pelo RCC da CBC.

---

(nome e assinatura do representante legal ou procurador da empresa participante, no formulário da empresa)

***(Este formulário deverá estar fora do envelope)***